

RELATÓRIO DE GESTÃO *2023*



Sumário

Mensagem do Procurador-Geral de Justiça	4
1. Visão geral organizacional e ambiente externo	6
1.1. Identificação das Unidades Prestadora de Contas.....	7
1.2. Principais normas direcionadoras de sua atuação, com links de acesso respectivos. 8	
1.3. Mapa Estratégico 2022-2029 do MPPI.....	10
1.4. Organograma da Estrutura Organizacional	11
1.5. Organograma de Governança do Planejamento Estratégico Institucional do MPPI..	12
1.6. Cadeia de Valor.....	12
1.7. Onde estamos (Polos Regionais)	14
2. Governança, riscos e resultados.....	15
2.1. Riscos, oportunidades e perspectivas	15
2.1.1. Assessoria de Planejamento e Gestão	15
2.1.2. Controladoria Interna.....	15
2.2. Área Estruturante	16
2.2.1. Gestão de Pessoas	17
2.2.2. Gestão Patrimonial e Serviços	18
2.2.3. Gestão de Licitações e Contratos	19
2.2.4. Governança e Gestão da Tecnologia da Informação	20
2.2.5. Comunicação com a Sociedade.....	25
2.3. Área Finalística	27
2.3.1. Atuação do Ministério Público no Tribunal do Júri	29
2.3.2. Combate à Corrupção e Defesa do Patrimônio Público	30
2.3.3. Combate a Organização Criminosas	31
2.3.4. Defesa da Educação e Cidadania.....	31
2.3.5. Defesa da Infância e Juventude.....	34
2.3.6. Defesa da Saúde	36
2.3.7. Defesa do Consumidor.....	42
2.3.8. Defesa do Meio Ambiente	46
2.3.9. Promoção da Segurança Pública e a Execução do Controle Externo da Atividade Policial.....	48
2.3.10. Promotorias Criminais	51
3. Informações orçamentárias, financeiras e contábeis	53
3.1. Procuradoria-Geral de Justiça.....	53
3.1.1. Despesa Fixada.....	53
3.1.2. Créditos Adicionais	54

3.1.3. Execução da Despesa.....	54
3.2. Fundo de Modernização do Ministério Público - FMMP	55
3.2.1. Despesa Fixada	55
3.2.2. Créditos Adicionais	56
3.2.3. Receitas Arrecadadas	58
3.2.4. Execução da Despesa.....	58
3.3. Fundo Estadual de Proteção e Defesa de Consumidor – FPDC	62
3.3.1. Despesa Fixada	62
3.3.2. Créditos Adicionais	63
3.3.3. Receitas Arrecadadas	65
3.3.4. Execução da Despesa.....	66
Anexos e apêndices	71
ANEXO I - Relatório de Desempenho do Planejamento Estratégico 2023	71

Mensagem do Procurador-Geral de Justiça

É com grande satisfação que apresentamos o Relatório de Gestão do Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI) referente ao ano de 2023. Este documento é resultado do importante trabalho realizado por todos que integram o MPPI e está em consonância com o Mapa Estratégico vigente para o período de 2022 a 2029.

A elaboração da estratégia do Ministério Público piauiense foi conduzida de forma abrangente, contemplando as visões de diversos atores, instituições e lideranças envolvidas em nosso contexto. Mais do que a elaboração de um plano estratégico, buscamos o alinhamento e a organização das iniciativas em todo o Estado, visando a um direcionamento claro e coeso para alcançarmos nossos objetivos comuns.

A definição de objetivos estratégicos é essencial no planejamento institucional, pois nos permite focar em melhorias tangíveis. Para isso, é fundamental realizar uma análise profunda das nossas ações. Essa prática não apenas nos auxilia a compreender nossa situação atual, mas também nos ajuda a traçar os caminhos futuros dentro da Instituição.

No decorrer do ano de 2023, o Ministério Público do Estado do Piauí empreendeu uma série de ações, projetos, programas, processos e iniciativas com o intuito de alcançar os objetivos estratégicos estabelecidos. No presente relatório, estão detalhadas todas essas atividades, com destaque aos seus impactos, aos desafios enfrentados e aos resultados alcançados.

Dentre as realizações mais significativas, destaca-se o avanço expressivo na fiscalização da destinação legal de drogas, armas, objetos e veículos apreendidos. A instituição dedicou esforços consideráveis para garantir a celeridade e o aprimoramento da persecução penal, assegurando que tais itens fossem encaminhados de acordo com a legislação vigente, contribuindo assim para a eficácia da justiça criminal.

Além disso, o MPPI obteve progressos importantes na implementação de Fundos Municipais da Infância e Adolescência, viabilizando a captação e aplicação de recursos destinados a políticas públicas voltadas para esse segmento da população. Essa iniciativa demonstra o compromisso do Ministério Público com a proteção e a promoção dos direitos das crianças e adolescentes em todo o Estado do Piauí.

No âmbito da proteção das vítimas, especialmente crianças e adolescentes, o MPPI fortaleceu suas ações por meio do Núcleo de Atendimento a Vítimas de Crime (NAVI/MPPI). Essa unidade



promoveu medidas específicas para garantir o amparo e a assistência adequada às vítimas, inclusive com o direcionamento de recursos provenientes de ações de ressarcimento para auxiliar aqueles que foram prejudicados.

No que diz respeito à defesa do consumidor, o MPPI intensificou suas atividades de fiscalização, especialmente em postos de combustíveis, combatendo a venda clandestina e garantindo a qualidade dos produtos comercializados. Essas ações objetivam proteger os direitos dos consumidores e promover um mercado mais justo e transparente em todo o estado.

Além de obter conquistas nas áreas finalísticas, o MPPI também avançou significativamente na gestão administrativa. A implementação do Plano Anual de Contratações (PAC), o aprimoramento da gestão de projetos e o fomento à captação de recursos externos são exemplos de iniciativas que visam otimizar os processos internos e garantir uma atuação mais eficiente e transparente da instituição.

Este Relatório de Gestão é mais do que um simples documento, é um instrumento valioso que nos permite avaliar o progresso de nossas iniciativas, corrigir rotas quando necessário e celebrar nossas conquistas. Agradecemos a todos que contribuíram para a elaboração deste documento e reafirmamos nosso compromisso de continuar trabalhando incansavelmente pelo fortalecimento e cumprimento da missão do Ministério Público do Estado do Piauí.

Cleandro Alves de Moura

Procurador-Geral de Justiça do Estado do Piauí

1. Visão geral organizacional e ambiente externo

O Ministério Público do Estado do Piauí é uma instituição pública permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, independente dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Diante disso, a Constituição Federal conferiu-lhe, autonomia administrativa, funcional e garantias para o exercício independente de seu mister (art. 127, CF). De acordo com a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica do MPPI (LC nº 12/1993), o papel do Ministério Público é defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis. São membros do Ministério Público Estadual os Procuradores de Justiça que atuam perante a 2ª instância (Tribunal de Justiça) e Promotores de Justiça, na 1ª instância (Juízes de Direito).

O Ministério Público organiza-se em órgãos de administração, órgãos de execução e órgãos auxiliares. São órgãos de Administração Superior a Procuradoria Geral de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público, o Colégio de Procuradores de Justiça, a Corregedoria Geral do Ministério Público (art. 4º, LC 12/93). Também são órgãos de administração as Procuradorias de Justiça e as Promotorias de Justiça (art. 5º, LC 12/93).

O Procurador Geral de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público, o Colégio de Procuradores de Justiça, os Procuradores de Justiça e os Promotores de Justiça também são os órgãos de execução (art. 6º, LC 12/93), que se dedicam ao desenvolvimento das atividades do Ministério Público a nível finalístico.

São órgãos auxiliares a Ouvidoria, o Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON), os Centros de Apoio Operacional, a Comissão de Concurso, o Centro de Estudo e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), os estagiários, o Centro de Controle Orçamentário e os Órgãos de Apoio Administrativo (art. 7º, LC 12/93). Os órgãos auxiliares foram criados para subsidiar o trabalho de Procuradores e Promotores de Justiça ou para atender à população de uma forma mais sistemática.

Os Centros de Apoio Operacional são coordenados por Promotores de Justiça, e têm como missão auxiliar os membros do Ministério Público (art. 55, LC 12/93) nas questões envolvendo áreas-chaves para o interesse social, otimizando a atuação na defesa dos direitos coletivos, transindividuais e individuais indisponíveis.

Este relatório contempla os resultados alcançados no ano de 2023 com vistas ao cumprimento dos objetivos estratégicos constantes do Planejamento Estratégico Institucional

do Ministério Público do Estado do Piauí - PEI 2022-2029¹, que reúne objetivos estratégicos, programas, ações e indicadores em três perspectivas: resultados para sociedade, processos integradores e aprendizado e crescimento.

O planejamento estratégico é um documento norteador da atuação ministerial, pautado nos valores da resolutividade, cooperação, ética, proatividade e compromisso que possibilitará o direcionamento à missão e ao alcance da visão de futuro desta Instituição. Saliente-se que o PEI-MPPI 2022/2029 resultou de um processo de ampla escuta e participação democrática de membros e servidores do MPPI, bem como da sociedade em geral.

1.1. Identificação das Unidades Prestadora de Contas

Quadro 1 - UPC Procuradoria Geral de Justiça - PGJ

Identificação da UPC 1	
Nome completo da UPC e sigla: Procuradoria Geral de Justiça - PGJ	CNPJ: 05.805.924/0001-89
Natureza jurídica: Administração Direta	Código da Unidade Gestora: 250101
Normativos de criação e data de publicação no Diário Oficial do Estado: Lei Complementar Estadual nº 12/1993. Lei Orgânica do Ministério Público do Piauí.	
Endereço completo da sede: Rua Álvaro Mendes, 2294, Bairro Centro, Teresina-PI, CEP 64000-060.	
Endereço da página institucional na internet: www.mppi.mp.br	
Função de governo predominante: Essencial a Justiça	
Tipo de atividade: Defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.	

Fonte: Elaborado pela Assessoria de Planejamento e Gestão.

Quadro 2 - UPC Fundo de Modernização do MPPI – FMMPPI.

Identificação da UPC 2	
Nome completo da UPC e sigla: Fundo de Modernização do MPPI - FMMPPI	CNPJ: 10.551.559/0001-63
Natureza jurídica: Fundo Público da Administração Direta Estadual ou do DF.	Código da Unidade Gestora: 250102
Normativos de criação e data de publicação no Diário Oficial do Estado: Lei nº 5.398 de 08/07/2004, publicado no dia 12/07/2004.	
Endereço completo da sede: Rua Álvaro Mendes, 2294, Bairro Centro, Teresina-PI, CEP 64000-060.	
Endereço da página institucional na internet: www.mppi.mp.br	
Função de governo predominante: Essencial a Justiça	
Tipo de atividade: Defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis	

Fonte: Elaborado pela Assessoria de Planejamento e Gestão.

¹ Mapa Estratégico do Ministério Público do Estado do Piauí.

Quadro 3 - UPC Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – FPDC.

Identificação da UPC 3	
Nome completo da UPC e sigla: Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - FPDC	CNPJ: 24.291.901/0001-48
Natureza jurídica: Fundo Público da Administração Direta Estadual ou do DF	Código da Unidade Gestora: 25104
Normativos de criação e data de publicação no Diário Oficial do Estado: Lei nº 6.308 de 30/01/2013.	
Endereço completo da sede: Rua Álvaro Mendes, 2294, Bairro Centro, Teresina-PI, CEP 64000-060.	
Endereço da página institucional na internet: www.mppi.mp.br	
Função de governo predominante: Essencial a Justiça	
Tipo de atividade: Defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis	

Fonte: Elaborado pela Assessoria de Planejamento e Gestão.

1.2. Principais normas direcionadoras de sua atuação, com links de acesso respectivos.

Quadro 4 – Principais normas direcionadoras de atuação do MPPI.

Normativo e link de acesso
Constituição Federal de 1988. https://www25.senado.leg.br/web/atividade/legislacao/constituicao-federal .
Constituição do Estado do Piauí. https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/70447 .
Lei nº 8.625/1993 - Lei Orgânica Nacional do Ministério Público. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8625.htm
Lei Orgânica do MPPI (LC nº 12/1993). https://sapl.al.pi.leg.br/norma/669
Lei Complementar estadual nº 12/1993 – Lei Orgânica do Ministério Público do Piauí
Lei estadual nº 6237/2012 – Planos de Cargos e Carreiras do Ministério Público do Piauí
Lei estadual nº 7.941/2023 – Altera a Lei estadual nº 6237/2012 / Reformulou a estrutura de cargos comissionados no Ministério Público do Piauí
Ato PGJ/PI nº 479/2014 – Estrutura administrativa do Ministério Público do Piauí
Ato PGJ/PI nº 1.275/2023 - Dispõe sobre o Planejamento Estratégico do Ministério Público do Estado do Piauí e dá outras providências.
Ato PGJ/PI nº 1.079/2021 - Dispõe sobre a delegação da atuação do Procurador Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Piauí, define as atribuições das Subprocuradorias de Justiça e dá outras providências.

Fonte: Elaborado pela Assessoria de Planejamento e Gestão.

O Ministério Público do Estado do Piauí preocupa-se em adotar um modelo de gestão que possibilite a excelência dos resultados e para tal se utiliza de ferramentas de planejamento e gerenciamento de objetivos e metas.

Abaixo temos os principais instrumentos estratégicos utilizados na gestão deste órgão ministerial e respectivas representações gráficas.

1. Mapa Estratégico 2022-2029;
2. Organograma da Estrutura Organizacional;
3. Organograma de Governança do Planejamento Estratégico;
4. Cadeia de Valor do Ministério Público do estado do Piauí;
5. Mapa de Polos Regionais do MPPI.

1.3. Mapa Estratégico 2022-2029 do MPPI.

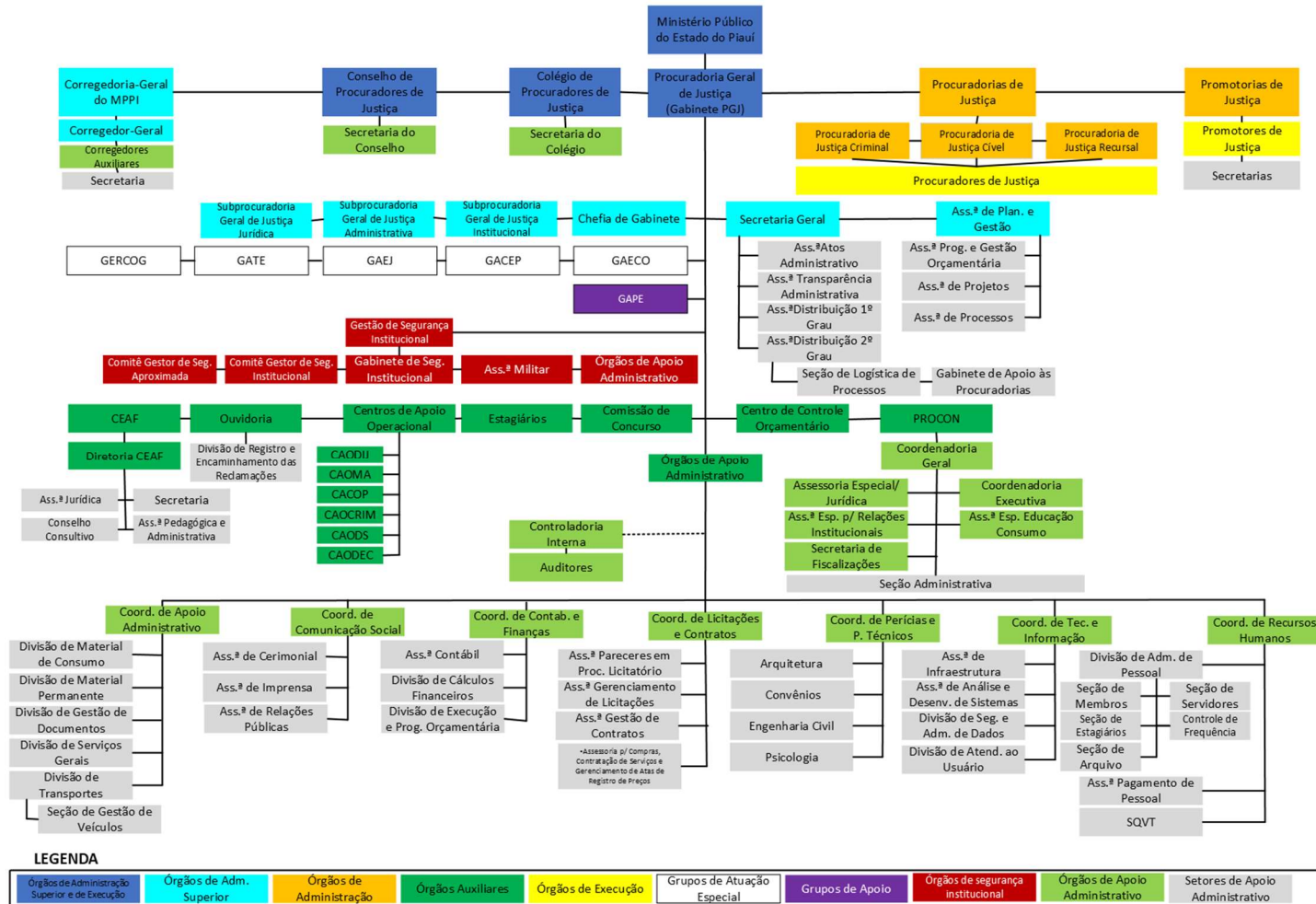
Figura 1 - Mapa Estratégico 2022-2029 do MPPI



Fonte: Assessoria de Planejamento e Gestão

1.4. Organograma da Estrutura Organizacional

Figura 2 - Organograma da Estrutura Organizacional do MPPI



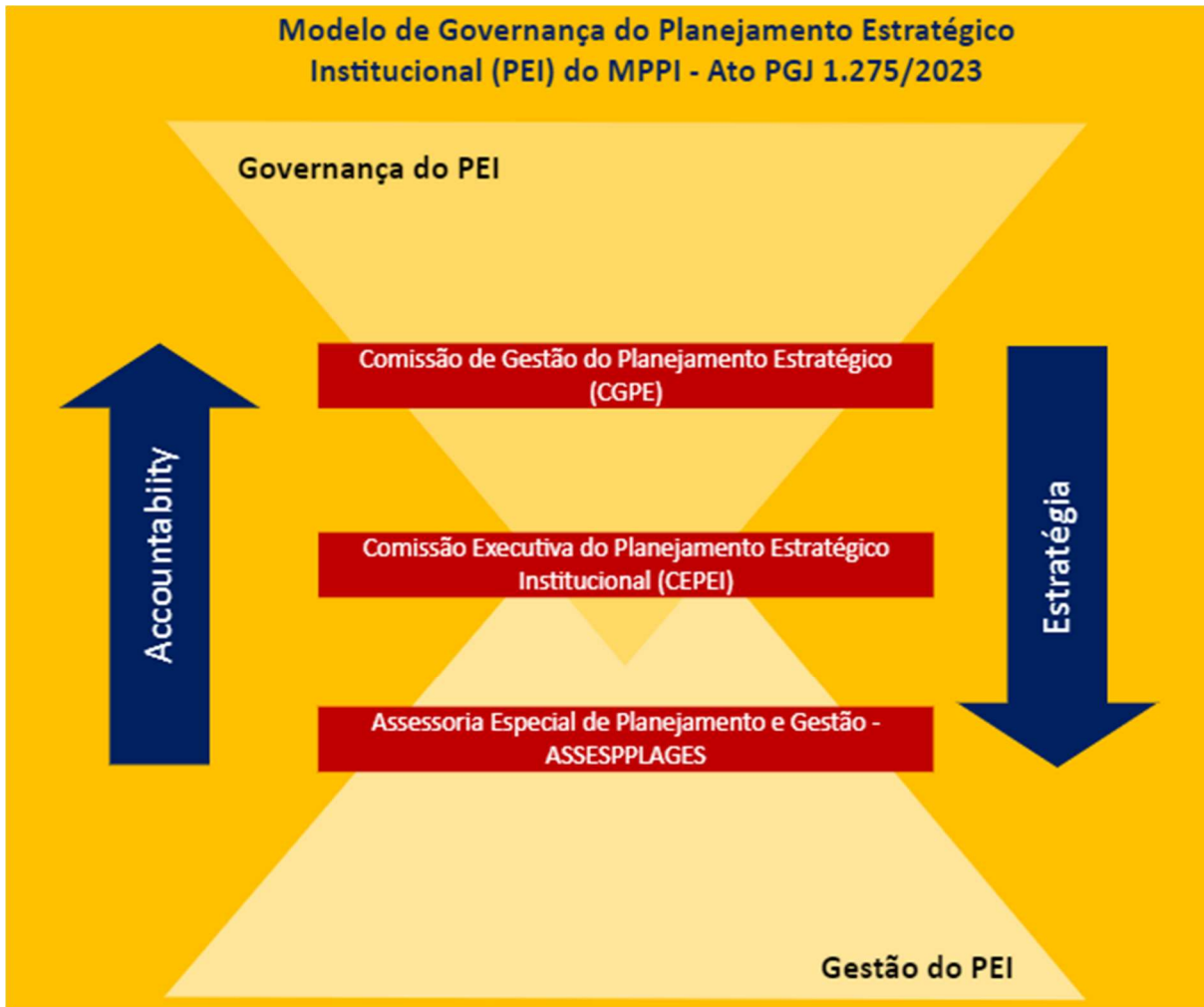
LEGENDA

Órgãos de Administração Superior e de Execução	Órgãos de Adm. Superior	Órgãos de Administração	Órgãos Auxiliares	Órgãos de Execução	Grupos de Atuação Especial	Grupos de Apoio	Órgãos de segurança institucional	Órgãos de Apoio Administrativo	Setores de Apoio Administrativo

Fonte: Assessoria de Planejamento e Gestão

1.5. Organograma de Governança do Planejamento Estratégico Institucional do MPPI

Figura 3 - Organograma de Governança do MPPI



Fonte: Assessoria de Planejamento e Gestão

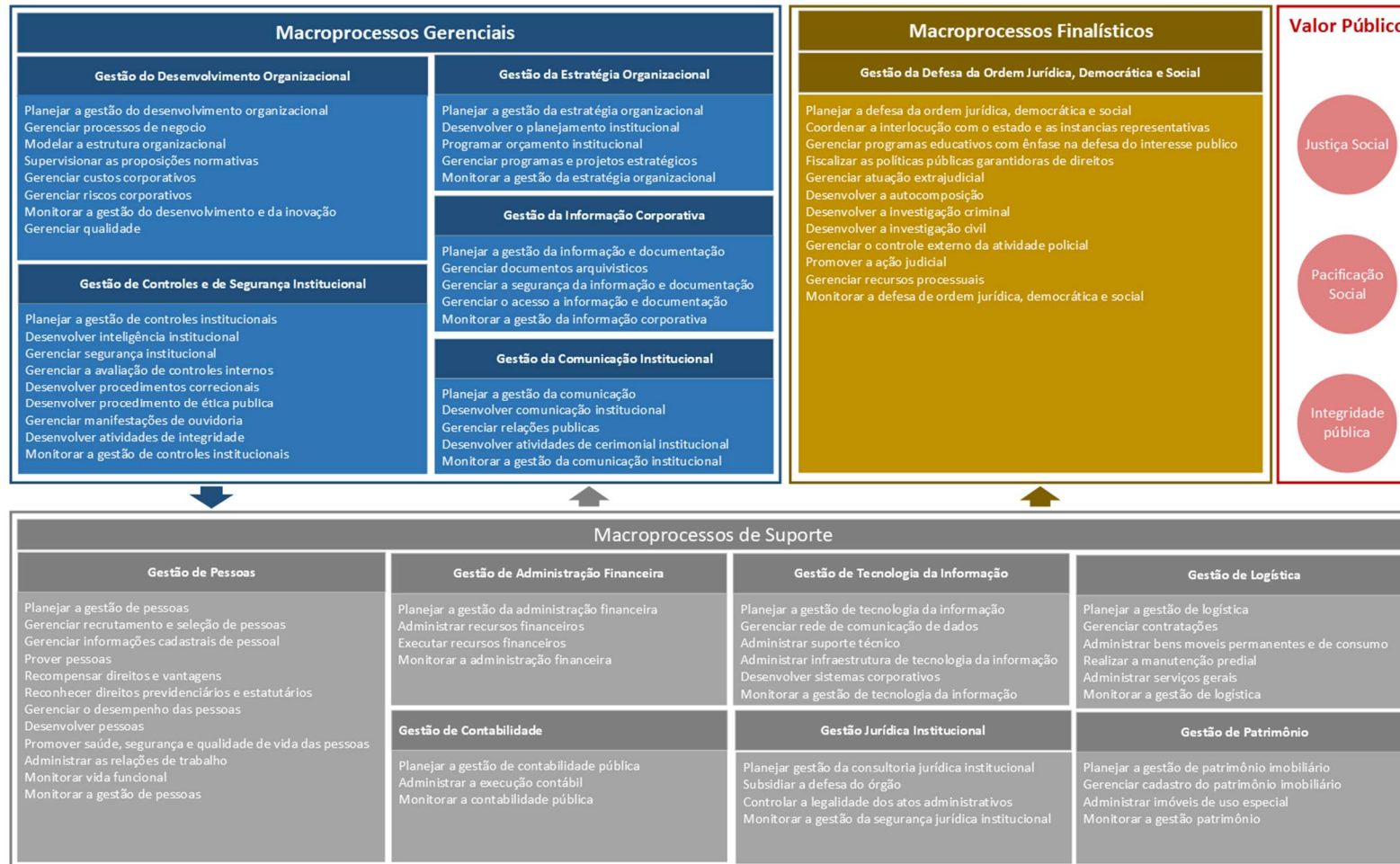
1.6. Cadeia de Valor

A Cadeia de Valor do Ministério Público do Estado do Piauí tem como macro produtos a Justiça Social, a Pacificação Social e a Integridade Pública. Ela é constituída por 1 (um) macroprocesso finalístico, 5 (cinco) macroprocessos gerenciais e 7 (sete) macroprocessos de apoio e os valores produzidos estão em consonância com o Plano Estratégico Institucional (PEI) vigente.

Cabe ressaltar que a gestão por processos é dinâmica e por isso entende-se que no decorrer dos trabalhos de melhoria continua dos processos, a Cadeia de Valor poderá sofrer alterações para representar de forma mais fiel a realidade da organização.

Figura 4 - Diagrama de Cadeia de Valor do MPPI

PROCESSOS DE TRABALHO ESTRUTURADOS EM DIAGRAMA DE CADEIA DE VALOR



Fonte: Assessoria de Planejamento e Gestão

2. Governança, riscos e resultados

2.1. Riscos, oportunidades e perspectivas

Para a identificação dos eventos de riscos que influenciam no desempenho do MPPI, são considerados aqueles de cunho orçamentário, operacional, legal, político, tecnológico, social e de integridade, dentre outros. Assim, para a gestão de riscos toma-se por referência, subsidiariamente, a Instrução Normativa nº 01 de 2016 da Controladoria Geral da União e suas atualizações, dentre outras. As oportunidades e perspectivas são evidenciadas no Plano Estratégico Institucional (PEI).

No âmbito do MPPI são a Controladoria Interna e a Assessoria de Planejamento e Gestão as unidades ministeriais que diretamente tratam dos riscos, oportunidades e perspectivas.

2.1.1. Assessoria de Planejamento e Gestão

À Assessoria de Planejamento e Gestão dentre outras atribuições compete coordenar, a elaboração, a execução, o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação do Planejamento Estratégico Institucional e de Tecnologia da Informação. O Planejamento estratégico do Ministério Público do Piauí e seus respectivos programas, ações e desdobramentos são regidos pelo Ato PGJ/PI Nº 1.275/2023.

A governança e gestão do planejamento estratégico institucional do MPPI são exercidas pela Comissão de Gestão do Planejamento Estratégico (CGPE) e Comissão Executiva do Planejamento Estratégico Institucional (CEPEI)² respectivamente, restando à Assessoria de Planejamento e Gestão coordenar a elaboração, o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação em conjunto com as unidades, dos indicadores estratégicos, setoriais e operacionais, bem como acompanhar, de forma sistêmica, o cumprimento das metas estratégicas institucionais, dentre outras³. Assim, a Assessoria de Planejamento e Gestão elaborou Painel BI para Gestão de Projetos Institucionais⁴, bem como o Relatório de Desempenho do Planejamento Estratégico 2023. Vide anexo I.

2.1.2. Controladoria Interna

A Controladoria Interna do Ministério Público é a unidade responsável pelas atividades de controle interno dentro dos processos de trabalho da área administrativa da instituição, realizando também atividades de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional,

² Ato PGJ 1.275/2023. Art. 3º ao 7º.

³ Ato PGJ 479/2014. Seção VI, art. 32.

⁴ Disponível em [Gestão de Projetos Institucionais](#).

patrimonial, cumprimento de metas de planejamento e gestão, verificação de conformidade legal de atos e despesas da instituição, dentre outros atos de gestão, visando especialmente à redução de riscos e realização dos objetivos institucionais.

Nesse contexto, a Controladoria Interna, no intuito de mitigar riscos inerentes aos processos de trabalho na área estruturante, presta auxílio constante às demais unidades administrativas na orientação da realização de atividades, em aderência às normas de observância da gestão pública e às normas técnicas típicas de cada área. A unidade além de atuar formalmente em procedimentos de gestão administrativa de realização de despesa pública (licitações, contratações diretas, concessão e prestação de contas de diárias e suprimento de fundos), também realiza atividades de orientação e consultoria, presencial e/ou remota, às unidades, auxiliando na tomada de decisão.

A partir das práticas e ações realizadas foram alcançados resultados como o acompanhamento da execução da despesa realizada no ano de 2023, especialmente os procedimentos licitatórios e pagamentos mais relevantes, como Terceirização de mão de obra, pagamento de serviços e obras de engenharia, os quais passaram pela análise de conformidade da Controladoria Interna.

A seguir tem-se tabela com os resultados quantitativos de processos analisados pela equipe da Controladoria Interna no ano de 2023.

Tabela 1 - Ações desempenhadas pela Controladoria Interna

Indicadores	Quantidade
Nº de processos analisados (fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e de pessoal) e respectivo montante financeiro analisados. ⁵	1.268
Nº de orientações técnicas dadas aos administradores visando à racionalização da execução da despesa, eficiência e eficácia da gestão.	36
Total	1.304

Fonte: Controladoria Interna

2.2. Área Estruturante

No âmbito do ministério público a área estruturante envolve as unidades de gestão, administração, orçamento, comunicação, tecnologia da informação e recursos humanos. São unidades responsáveis pelos processos de apoio essenciais para assegurar a eficiência da instituição, garantindo o suporte adequado aos processos finalísticos, bem responsáveis pelos processos gerenciais que fornecem diretrizes para os processos finalísticos e de apoio possibilitando o alinhamento à missão e às metas estratégicas da instituição, ou seja, ao

⁵ Os processos analisados representam mais de R\$ 88 milhões de reais.

planejamento estratégico institucional. Importa enfatizar que na área estruturante contamos com a perspectiva Processos Integradores e com a perspectiva Aprendizado e Conhecimento, contempladas por 07 objetivos estratégicos, conforme Mapa estratégico 2022-2029 do MPPI. Vide figura 1.

A seguir temos os resultados obtidos no decorrer do ano de 2023 a partir das atividades desempenhadas pelas unidades ministeriais responsáveis pelos processos de apoio e de gestão.

2.2.1. Gestão de Pessoas

No tocante a gestão de pessoas no intuito de melhorar a vida funcional dos integrantes do MPPI, tais como ambiente de trabalho, senso de pertencimento, etc., foram desenvolvidos projetos, práticas e ações como:

- ✓ Projeto e-CRH com escopo de digitalizar todo o assentamento funcional de membros, servidores e estagiários ativos, resultando no escaneamento de 11.587 arquivos físicos de todo histórico funcional e disponibilização digital para todos os integrantes.
- ✓ O projeto Gestão do Conhecimento que se refere a uma forma de comunicação mais eficiente e eficaz entre CRH e integrantes do MPPI, possibilitando o conhecimento das normativas, fluxos e processos administrativos referentes à Gestão de Pessoas obtendo-se resultados como a produção sistemática de informativos CRH divulgados através do e-mail institucional com as últimas atualizações do Diário Oficial Eletrônico referente à Gestão de Pessoas e criação de nova página da CRH com vídeos tutoriais disponibilizados no site oficial do MPPI (em andamento).

O Ministério Público do Estado do Piauí conta com 20 Procuradorias de Justiça e 162 Promotorias de Justiças distribuídas pelo estado, sendo 95 de entrância final, 58 de entrância intermediária e 9 de entrância inicial. Cada promotoria de justiça além do promotor de justiça é integrada por 2 assessores de promotorias de justiça conforme ato PGJ Nº 883/2019. A dimensão da força de trabalho do MPPI no ano de 2023 contou com 2.102 colaboradores distribuídos conforme tabela 2.

Tabela 2 - Dimensão da força de trabalho do MPPI no ano de 2023

Descrição	Quantidade
Nº de membros ativos.	155
Nº de servidores efetivos.	214
Nº de Servidores exclusivamente comissionados.	484
Nº de membros ativos com Função Gratificada ou Cargo em Comissão.	59
Nº de servidores ativos com Função Gratificada ou Cargo em Comissão.	570

Nº de servidores cedidos.	36
Nº de estagiários de graduação contratados.	173
Nº de estagiários de pós-graduação contratados.	119
Nº total de estagiários contratados.	292

Fonte: Coordenadoria de Recursos Humanos

2.2.2. Gestão Patrimonial e Serviços

A coordenadoria de apoio administrativo desempenhou o projeto COMUNICA MPPI: uso do nº do telefone fixo para WhatsApp Business- diminuição na aquisição de novas linhas de telefonia móveis e o projeto Centro de Custos: mapeamento e distribuição melhorada dos recursos públicos.

No ano de 2023, foi realizado o tombamento de 2.165 bens, equivalente ao valor total de R\$ 5.637.954,69 (cinco milhões, seiscentos e trinta e sete mil, novecentos e cinquenta e quarto reais e sessenta e nove centavos) tombados.

Tabela 3 - Indicadores atinentes ao patrimônio

Tombamentos patrimoniais	Quantidade	Valor (R\$)
Número de bens tombados e respectivo valor tombado	2.165	R\$ 5.637.954,69

Fonte: Coordenadoria de Apoio Administrativo

Tabela 4 - Indicadores atinentes a gestão de frotas do MPP (em Unidades)

Descrição	Quantidade
Quantidade de carros	39
Quantidade de motocicletas	24
Quantidade de automóveis adquiridos no ano	0
Total de veículos automotores (carros, motocicletas)	63

Fonte: Coordenadoria de Apoio Administrativo

Tabela 5 - Indicadores atinentes a gestão de frotas do MPP (em R\$)

Descrição	Quantidade (L)	Valor R\$
Gastos com seguro veicular	-	R\$ 7.233,25
Gastos com manutenção veicular	-	R\$ 418.688,72
Consumo de diesel	155,98	R\$ 859,94
Consumo de diesel aditivado	547,76	R\$ 3.436,56
Consumo de diesel S10	37.098,63	R\$ 226.978,69
Consumo de gasolina aditivada	13.424,82	R\$ 78.524,12
Consumo de gasolina comum	15.531,83	R\$ 88.269,44

Fonte: Coordenadoria de Apoio Administrativo

2.2.3. Gestão de Licitações e Contratos

As contratações do MPPI seguem conformidade com os normativos legais tais como a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei nº 14.133/2021 e Lei estadual nº 7.482/2021.

Importa enfatizar que desde o ano de 2022, este ministério público passou a trabalhar com o Plano Anual de Contratação, assim, o ano de 2023 corresponde ao 2º PAC deste órgão.

A seguir tem-se as tabelas pertinentes a gestão de licitações e contratos do ano de 2023.

Tabela 6 - Licitações realizadas em 2023

Certame	Quantidade	Valor total previsto	Valor total homologado
Pregão Eletrônico	47	R\$ 75.344.675,90	R\$ 28.581.396,10
Tomada de Preços	4	R\$ 2.124.386,24	R\$ 384.589,30
Leilão	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Concorrência	1	R\$ 3.353.997,27	R\$ 0,00
Concurso	1	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00
Total	53	R\$ 80.853.059,41	R\$ 28.995.985,40

Fonte: Coordenadoria de Licitações e Contratos.

Tabela 7 - Compras de 2023: dispensa de licitação, inexigibilidades, compras por SRP, Adesões a atas (caronas), liberações de atas para outros órgãos.

Modalidade	Quantidade	Valor
Adesão	2	R\$ 345.828,72
Dispensa	54	R\$ 474.346,08
Inexigibilidade	11	R\$ 560.379,48
Liberação ARP	26	R\$ 15.216.646,09
Compras por SRP	71	R\$ 6.132.490,84

Fonte: Coordenadoria de Licitações e Contratos.

Tabela 8 - Quantitativo de Contratos geridos em 2023 (por UPC)

Contratante	Tipo de contrato			Quantidade
	Contrato	Nota de empenho	Ordem de fornecimento	
PGJ	61	32	0	93
FMPPI	52	4	0	56
FEPDC	10	0	0	10
Total de contratos geridos	123	36	0	159

Fonte: Coordenadoria de Licitações e Contratos.

Tabela 9 - Quantitativo de Contratos Prorrogados (por UPC)

Contratante	Tipo de contrato					Quantidade
	Aditamento quantitativo	Ajuste	Prorrogação do prazo de execução	Reajuste	Renovação	
PGJ	0	0	0	13	32	45
FEPDC	1	0	0	0	1	2
FMPPI	0	0	0	0	2	2
Total de Aditivos						49

Fonte: Coordenadoria de Licitações e Contratos.

Importa informar que todos os documentos publicados pela Coordenadoria de Licitações e Contratos do Ministério Público do Estado do Piauí estão disponíveis em <https://www.mppi.mp.br/internet/coordenadoria-de-licitacoes-e-contratos/>.

2.2.4. Governança e Gestão da Tecnologia da Informação

No âmbito do Ministério Público do Estado do Piauí a governança em tecnologia da informação é exercida pelo Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI), instituído pelo Ato PGJ Nº 214/2011, alterado pelo Ato PGJ Nº 1.184/2022. Além desses, regem a governança em tecnologia da informação o Ato PGJ Nº 859/2018 e a Resolução CNMP Nº 171/2017. Enquanto a Resolução CNMP Nº 171/2017, institui a Política Nacional de Tecnologia da Informação do Ministério Público (PNTI-MP) o Ato PGJ Nº 859/2018, aprova o Regimento Interno do Grupo do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação - CETI do Ministério Público do Estado do Piauí.

O Ato PGJ Nº 905/2019, instituiu o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI). Assim, foi elaborado o PETI 2021/2023 contendo as diretrizes para o desenvolvimento tecnológico do MPPI. Tal plano traz missão, visão, valores e os objetivos estratégicos conforme abaixo:

Imagem 6 - Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) 2021/2023.



Fonte: Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação – CETI / Coordenadoria de Tecnologia da Informação.

A seguir tem-se quadro com os resultados obtidos em 2023 na execução do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação 2021/2023.

Quadro 5 - Plano Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI 2021/2023

Objetivo Estratégico	Resultados 2023 (Quantitativo/Qualitativo)
Objetivo 1 - Aperfeiçoar a governança de TI.	2 Reuniões ordinárias do CETI.
Objetivo 2 - Promover a segurança da informação, infraestrutura de processamento e aplicativos.	60% concluído. Aquisição de soluções de segurança de infraestrutura e Pentest; Contratação de solução de EndPoint; Renovação do contrato de firewall;
Objetivo 3 - Garantir a estrutura de TI apropriada para as atividades administrativas e finalísticas.	Aquisição de computadores para atualizar o parque computacional; Aquisição de novos equipamentos de wi-fi para todas as unidades; Upgrade de velocidade dos links de todas as unidades; Atualização de Notebook para os Membros;
Objetivo 4 - Fortalecer o Processo Digital.	Atualização do SEI; Desenvolvimento de novas funcionalidades e atualização do SIMP
Objetivo 5 - Implantar soluções de TI que tragam benefício ao órgão, dentro do prazo, orçamento e com requisitos de qualidade.	Projetos envolvendo pessoas chaves da área de negócio; Painéis de acompanhamento de projetos; Bot de atendimento ao usuário;
Objetivo 6 - Prover conhecimento, expertise e iniciativas para inovação dos negócios.	2 Participação de integrantes da Coordenadoria de TI e de Membros em eventos de Inovação e Tecnologia
Objetivo 7 - Qualificar e motivar a equipe de TI.	1 Disponibilizar plataformas de cursos destinados a Coordenadoria de Tecnologia da Informação;
Objetivo 8 - Fornecer soluções em tecnologia da informação em consonância com as necessidades da Instituição e prover informações de alto valor agregado que subsidiem a tomada de decisão do MP-PI e que atendam às necessidades da sociedade.	Disponibilizar painéis de BI para áreas de negócio.
Objetivo 9 - Prover serviços de TI com nível de excelência.	97,50% Usuários satisfeitos com serviços de TI

Fonte: Coordenadoria de Tecnologia da Informação.

2.2.4.1. Investimento em recursos em TI e principais iniciativas realizadas em 2023

O recurso orçamentário disponibilizado para tecnologia da informação para o exercício de 2023 foi na ordem de R\$ 15.180.424,84. A seguir tem-se tabela com as contratações mais relevantes de recursos de TI no ano de 2023.

Tabela 10 - Contratações mais relevantes de recursos de TI (2023).

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Valor (R\$)
03/2023/PGJ	Licenças para acesso a cursos.	11/01/2023	R\$ 12.000,00
04/2023/FMMP	Aquisição de 11 Computadores Workstation.	17/01/2023	R\$ 134.970,00
04/2023/PGJ	Aquisição de computadores.	17/01/2023	R\$ 1.343.088,00
07/2023/FPDC	Aquisição de computadores.	28/07/2023	R\$ 879.300,00
06/2023/PGJ	Fornecimento de Solução Tecnológica para monitoramento de ataques cyber segurança.	01/03/2023	R\$ 624.500,00
08/2023/FPDC	Aquisição de Monitores.	28/07/2023	R\$ 438.000,00
01/2023/FPDC	Aquisição de Notebooks.	13/01/2023	R\$ 413.060,00
22/2023/PGJ	Aquisição de computadores.	03/05/2023	R\$ 58.620,00
04/2023/FPDC	Aquisição de computadores.	03/05/2023	R\$ 351.720,00
20/2023/FMMP	AQUISIÇÃO DE LICENÇA DE USO DA FERRAMENTA SNAP P/ GAECO.	10/05/2023	R\$ 110.000,00
NE 404/2023/PGJ	Aquisição de Certificados Digitais.	05/05/2023	R\$ 1.110,00
06/2023/FPDC	Aquisição de Monitores.	15/03/2023	R\$ 55.845,00
24/2023/PGJ	Aquisição de solução WI-FI.	16/05/2023	R\$ 1.529.248,35
28/2023/FMMP	Contratação de empresa para fornecimento de link MPLS 24 meses.	28/06/2023	R\$ 2.582.100,00
29/2023/FMMP	Aquisição de SSD – GAECO.	17/07/2023	R\$ 33.990,00
09/2023/FPDC	Aquisição de Tabletes com SO Android.	10/08/2023	R\$ 49.610,00
39/2023/PGJ	Aquisição de Créditos em nuvem.	09/08/2023	R\$ 287.208,72
53/2023/FMMP	Solução para contornar e identificar bloqueios, extração, processamento e análise de dados a partir de plataformas eletrônicas portáteis e serviços de computação em nuvem (Cloud).	20/12/2023	R\$ 315.676,48

Fonte: Coordenadoria de Tecnologia da Informação.

A Coordenadoria de Tecnologia da Informação, no ano de 2023, produziu importantes contribuições para o exercício da função do Ministério Público. A seguir tem-se as iniciativas:

Quadro 6 - Iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI desenvolvidas pela Coordenadoria de Tecnologia da Informação do MPPI (2023).

Iniciativas na área de TI			
1. Disponibilização do Sistema de 5ª Edição da Revista Eletrônica;	2. Criação de painéis de BI para Corregedoria Geral do MPPI referente a resolução CNMP 56/2010;	3. Criação de Novas Tags para modelos de documento no SIMP;	4. Criação de painel de BI referente a exercícios e previsão de encerramento de exercícios para a CRH;
5. Cálculos Referente ao 13º Salário;	6. Apoio a comissão do E-Social para envio de Dados;	7. Apoio Técnico na Eleição do CSMP 2023;	8. Atualização Painel SIPIA - CAODIJ
9. Atualização do SIMP para que utilize o AzureBlobStorage no lugar dos Blobs, gerando economia financeira em relação aos procedimentos de Backup;	10. Adequações nos sistemas que envolvem documentos do SIMP em razão da migração para AzureBlobStorage;	11. Melhorias no SCA;	12. Regra para renovação de senha do e-mail no SCA;

Iniciativas na área de TI			
13. Criação de agrupador no relatório de distribuição interna;	14. Implantação do NEXUS para gerenciamento de bibliotecas internas da equipe de desenvolvimento;	15. Criação de download individual de documento com assinatura no SIMP;	16. Ajustes no relatório de distribuição interna com opção de agrupamento;
17. Correção no relatório de dados ANPC no SIMP;	18. Layout de dados integrantes do MPPI para o PIAUIPREV;	19. Criação do Formulário de Atendimento à Vítima no Site do MPPI;	20. Geração Arquivos PIAUPREV_AGENDA;
21. Atualizar eventos SST com servidores desligados antes de 07/2023;	22. Atualização do módulo de ponto para aceitar Múltiplos expedientes usando dia da semana;	23. Remoção de feriado parcial para teletrabalho(feriado parcial pode ser considerado dia de trabalho);	24. Atualização do cálculo de ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO;
25. Script de migração de expediente de servidores da zona lesta com o novo tipo de expediente: Dispensa de expediente;	26. Script de importação de férias;	27. Novo tipos de Afastamentos no Athenas;	28. Criação do módulo de Acúmulo de Acervo no Athenas;
29. Atualização do Recadastramento Funcional;	30. Melhorias na geração da Ficha Funcional, E-CRH;	31. Criação de painéis de BI para Corregedoria referente a controle de Prazo;	32. Criação de painéis de BI para Corregedoria referente a resoluções CNMP 20/2007, 67/2011, 71/2011 e 204/2019;
33. Criação de painéis de BI para corregedoria referente a participação de órgão de execução em projetos do MPPI;	34. Melhorias no Filtro de Expedientes PJe do SIMP;	35. Atualização do Aplicativo MPPI Cidadão;	36. Melhorias no Sistema de Seleção de Estagiários;
37. Criação de Corretor de Gabaritos;	38. Atualização da página da CRH no site;	39. Melhorias no e-mail de envio a Central de Serviços para abertura de chamados em relação a atualização do PJe;	40. Correção na geração de boletos SIMP;
41. Geração de arquivo solicitado pelo PIAUIPREV com informações sobre integrantes deste MPPI;	42. Adição de Listagem de Prazos no calendário de prazos no SIMP;	43. Criação de Robô para integração entre o sistema de central de serviços e o sistema de gerenciamento de atividades da equipe de desenvolvimento;	44. Correção de cálculo referente a quantidade de dias de protocolos que tiveram o acervo tramitado entre usuários;
45. Correção de erro de duplicação de participante em cursos no moodle;	46. Implantação do uso de Mapas no SIMP, arquivos KMLs - Portaria Conjunta n.º 005.2021 - CNJ/CNMP;	47. Melhorias no Sistema de Controle de Acesso buscando mais informações do Athenas e SEI;	48. Atualização na Distribuição em Secretaria/Unidades para permitir que um usuário possa ter protocolos distribuídos em várias unidades.
49. Disponibilização de sistema para 8º Prêmio de Jornalismo;	50. Correção de Cálculo de Afastamentos;	51. Correção de erro no cálculo de afastamento por motivo de licença maior que 90 dias para membros;	52. Atualização do Athenas e importação de dados referentes a Segurança do Trabalho e criação de manual de rotina para de inserção de dados para a CRH;
53. Alerta no SIMP quando a extensão do assinador não estiver instalado;	54. Criação do Alerta automático das penas ao utilizar calculadora da prescrição da pena;	55. Adição do relatório por órgão de execução na prescrição da pena no SIMP;	56. Adição do botão de Copiar Número de Registro e número de Único do TJ;
57. Melhorias na integração do Athenas com SIMP;	58. Desenvolvimento de página de ficha funcional;	59. Aumento dos filtros de listagem de protocolos do gabinete virtual no SIMP;	60. Melhorias no Sistema de Eventos do CEAF;
61. Conclusão da Integração através do Notion para os estagiários da equipe de Desenvolvimento;	62. Configuração de Logs do SIMP;	63. Implantação de modelos de documentos no SIMP;	64. Atualização do novo portal da transparência conforme novas regras;

Iniciativas na área de TI			
65. Criação do Portal da Legislação (vinculado a transparência);	66. Documentação API do Portal da transparência;	67. Relatório sobre padrões atuais e previsão de progressão servidores efetivos;	68. Atualização de Expedientes PJe no SIMP em relação aos prazos para ciência automática e cálculo da data de resposta;
69. Atualização de Expedientes PJe no SIMP em relação aos prazos para resposta de expedientes em aberto no SIMP;	70. Melhorias no Sistema de Ponto;	71. Conclusão da Integração SIMP x Athenas;	72. Relatórios para Transparência: Verbas Indenizatória, Desligamento de Servidores, Folha de pagamento, Base Financeira, Rubricas anual; Relatório PIAUIPREV aposentados;
73. BI de Monitoramento dos Fundos da Infância e Adolescência;	74. BI de Monitoramento dos Planos de Medidas Socioeducativa;	75. Sistema de Monitoramento de Sistemas	76. Melhorias no módulo Tabelas Básicas no SIMP para gerenciamento de contadores, itens da taxonomia e unidades;
77. Atualização da automatização de homologação das férias de membros;	78. Inclusão de Afastamento do Tipo Licença Prêmio no Athenas;	79. Adequação do Athenas para atender ATO PGJ-PI Nº 1.320/2023 Dispõe sobre a nomeação de cargo comissionado por apostilamento, no âmbito do Ministério Público do Estado do Piauí;	80. Criação de Relatórios de Base Financeira no Athenas;
81. Envio de Relatório Anual de Autoclassificação para Software de Criptografia Aplicável para a National Security Agency/Central Security Service (EUA);	82. Adição de mais dois tipos de afastamento na lista de exceções referente a interrupção de exercício no SEI;	83. Mudança de fluxo na senha solicitada do PJe no SIMP, agora solicita somente ao realizar alguma operação do MNI;	84. Atualização do BI referente a RESOLUÇÃO CNMP 204/2019: Dispõe sobre a uniformização das fiscalizações, pelos membros do Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal, junto aos programas municipais de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto, aplicadas a adolescentes em decorrência da prática de ato infracional;
85. Atualização do Sistema de Ouvidoria, melhorando pontos referente ao sigilo das partes;	86. Melhorias ESocial envio de dados referente a Segurança e Saúde no Trabalho - SST;	87. Adequações de regras de IRPF no ESocial;	88. Criação de rotina de Integração do SIMP com o SGT para capturar atualização da taxonomia do CNMP;
89. Apoio Técnico Eleição PGJ 2023;	90. Treinamento ministrado no TJPI para prefeituras referentes aos sistemas vinculados ao Justo Acesso;	91. Criação de alertas referente a mudanças de IRPF de uma folha para posterior;	92. Atualização do módulo de autenticação do SIMP;
93. Atualização do portal de aplicativos vinculados ao SIMP;	94. Criação de Relatório para Folha de Pagamento;	95. Criação de Recurso de compensação automática para chefia imediata, conforme solicitação do RH;	96. Melhorias no módulo tabelas básicas no SIMP;
97. Atualização de Manuais referente aos sistemas no wiki (manual de sistemas).			

Fonte: Coordenadoria de Tecnologia da Informação

2.2.5. Comunicação com a Sociedade

Compete à Coordenadoria de Comunicação Social propor, coordenar, executar e avaliar as ações de comunicação social do Ministério Público do Estado do Piauí, nos âmbitos interno e externo, bem como prestara assessoramento ao Procurador-Geral sobre assuntos relevantes para a comunicação interna e externa do Ministério Público dentre outras

atividades. “Estratégia é diálogo permanente. ”, esta frase integra o planejamento estratégico institucional do MPPI 2022/2029.

Com a finalidade de fortalecer os processos de comunicação e a imagem institucional perante a sociedade a Coordenadoria de Comunicação Social desenvolveu diversas iniciativas conforme quadro abaixo:

Quadro 7 - Iniciativas e resultados na área de comunicação social desenvolvidas pela Coordenadoria de Comunicação Social do MPPI (2023).

Iniciativas desenvolvidas	Resultados obtidos
Veiculação de matérias jornalísticas acerca da atuação do Ministério Público do Estado do Piauí no portal da instituição.	1.220 matérias publicadas no portal.
Produção do boletim televisivo ""MPTV"", veiculado na TV Assembleia duas vezes por semana e disponibilizado no canal MPPI Oficial, no YouTube.	48 programas ""MPTV"" produzidos.
Produção de boletim semanal com notícias acerca da atuação institucional, veiculado ao vivo na Rádio MPPI, às sextas-feiras.	23 boletins semanais produzidos para a Rádio MPPI, média mensal de 118.746 ouvintes.
Produção de podcasts especiais para a Rádio MPPI, com disponibilização dos conteúdos em canal próprio no Spotify:	09 podcasts produzidos.
Produção do boletim digital ""MPTV em 1 minuto"", veiculado aos sábados nos perfis do MPPI em redes sociais, com o apanhado de todas as notícias publicadas no portal no intervalo de uma semana.	40 boletins ""MPTV em 1 minuto"" produzidos.
Organização de solenidades e outros eventos, voltados aos públicos externo e interno, com prestação dos serviços de planejamento, disponibilização de estruturas, locução, decoração, roteirização e execução.	73 eventos realizados, com destaque para a posse administrativa do Procurador-Geral de Justiça/entrega da Medalha do Mérito Ministerial ""Procurador de Justiça Antônio Gonçalves Vieira""; posse do Corregedor-Geral do MPPI; posse de três promotores de Justiça substitutos; posse festiva do Procurador-Geral de Justiça; posse de dois procuradores de Justiça e de promotores de Justiça movimentados na carreira; reuniões do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público da União e dos Estados (CNPGE), do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) e do Grupo Nacional de Defesa do Consumidor (GNDC) - evento ""Junt@s: construindo o futuro e transformando realidades""; Semana do Ministério Público, com palestra, lançamentos de livros, exposições artísticas, entrega de premiações institucionais, atividades de congregação ao ar livre e outorga de comendas.
Operacionalização e gerenciamento dos recursos de áudio e vídeo para realização, transmissão e gravação de sessões do Colégio de Procuradores de Justiça e do Conselho Superior do Ministério Público.	Prestação de apoio a 30 sessões plenárias, sendo 12 do CPJ e 18 do CSMP.
Deflagração e execução do 8º Prêmio MPPI de Jornalismo, que incentivou a produção de conteúdos sobre a atuação do Ministério Público entre os profissionais da imprensa local.	16 grandes reportagens produzidas e veiculadas por empresas de comunicação, em diferentes plataformas (rádio, televisão, web e publicações impressas), sendo que oito delas foram premiadas.
gerenciamento dos perfis institucionais do MPPI em mídias sociais e Produção de conteúdo.	Principais métricas das redes sociais: 32.057 seguidores no Instagram; 76.730 visualizações do perfil no Instagram; 3.442.084 impressões totais do perfil no Instagram; Média de 944.006 pessoas alcançadas diariamente; 524 postagens no Instagram; 75.757 curtidas nas postagens no Instagram; 2.612 stories no Instagram; 112.275 interações nas publicações; 4.971 curtidas na página do Facebook; 649 vídeos no canal MPPI Oficial no YouTube;

	104.302 visualizações do canal; 2.080 inscritos no canal.
Desenvolvimento de campanhas institucionais, com produção de material impresso (folhetos, panfletos, cartilhas, banners) e conteúdo digital (cards, vídeos, matérias, banners, cartilhas).	24 campanhas institucionais desenvolvidas e veiculadas.
Abertura sistematizada e acompanhamento de processos administrativos para estruturação da Coordenadoria de Comunicação Social	Realização de pregão para aquisição de equipamentos de miniparque gráfico, de modo que seja viável a produção própria de materiais impressos de campanhas institucionais; na Realização de pregão para produção de vídeos e spots institucionais; Realização de pregão para contratação de empresa que preste o serviço de clipagem de matérias jornalísticas, com vistas ao acompanhamento das condições da imagem e da reputação do Ministério Público do Estado do Piauí.
Organização do evento "Junt@s: construindo o futuro e transformando realidades". Abertura e acompanhamento de processo administrativo para contratação de empresa de apoio, em articulação com a Controladoria Interna, a Coordenadoria de Licitações e Contratos Administrativos, a Coordenadoria de Tecnologia da Informação e a Coordenadoria de Contabilidade e Finanças. Articulação com os Ministérios Públicos do Espírito Santo e da Bahia para planejamento do evento.	Promoção de evento com duração de três dias, de relevância nacional, para aproximadamente 210 membros de unidades do Ministério Público brasileiro em todos os estados da federação, com a participação de Procuradores-Gerais de Justiça e da secretária executiva do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), Rita Cristina de Oliveira, que proferiu a palestra magna.

Fonte: Coordenadoria de Comunicação Social

As iniciativas realizadas pela Coordenadoria de Comunicação Social contribuíram tanto para o fortalecimento da imagem institucional quanto para o fortalecimento dos processos de comunicação, bem como para o estabelecimento de uma gestão administrativa compartilhada e padronizada.

2.3. Área Finalística

No âmbito do MPPI a área finalística (atividades-fim) se refere aos processos diretamente envolvidos no atendimento às necessidades do cidadão.

Durante o ano de 2023 foram realizados diversos trabalhos com foco na atividade-fim deste ministério público. Importa enfatizar que na área finalística contamos com a perspectiva Resultados para a Sociedade contemplada por 06 objetivos estratégicos, conforme mapa estratégico 2022-2029 do MPPI, figura 1.

A Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Piauí cumprindo seu papel de ouvir de forma direta o cidadão vem atuando como instrumento de aperfeiçoamento e melhoria dos serviços e atividades desenvolvidas pelo Ministério Público estreitando a relação deste com o cidadão, bem como possibilitando o fortalecimento do exercício da cidadania mantendo o crescente prestígio deste órgão ministerial perante a sociedade.

A Ouvidoria durante o ano de 2023 desenvolveu projetos institucionais com foco em Consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação interinstitucional, que visa

ao fomento de operações conjuntas, forças-tarefas, termos de cooperação técnica, programas, projetos e ações entre as unidades e ramos, bem como com instituições parceiras.

Quadro 8 - Projetos desenvolvidos pela Ouvidoria do MPPI (2023)

Projeto	Resultados obtidos
OUVIDORIAS MUNICIPAIS POR TODO O PIAUÍ: objetivo de fomentar a implantação de ouvidorias municipais no Estado do Piauí, através da conscientização do gestor público municipal da importância da ouvidoria como ferramenta de gestão, tornando-se um interlocutor junto à sociedade.	70 ouvidorias municipais instaladas.
OUVIDORIA ITINERANTE: o principal objetivo deste projeto é atingir o público que ainda não conhece a Ouvidoria e que tem dificuldade em se deslocar para a sede do MPPI, além de coletar as principais demandas de cada cidadão e em cada região, permitindo ouvir a população local sobre manifestações, críticas, elogios e outras demandas, conhecendo a realidade de cada local, proporcionando uma maior aproximação do MPPI com o cidadão.	603 atendimentos em 34 cidades diferentes.
PRÊMIO PROMOTOR AMIGO DA OUVIDORIA: O projeto visa premiar anualmente os Promotores de justiça que prestam devidamente as informações solicitadas pela Ouvidoria do MPPI da Ouvidoria e contribuam para o aperfeiçoamento do trabalho realizado pela unidade.	O prêmio realizou em dezembro de 2023 sua 6ª edição, homenageando mais três membros. Ao todo já foram agraciados 18 membros.
OUVIDORIA MPPI E SOCIEDADE: este projeto tem como objetivo primordial realizar visitas a várias entidades e órgãos que prestem assistência ao cidadão, bem como acolher sugestões dos assistidos, usuários e gestores, para proposição de melhorias, observando as condições nas quais se encontram.	27 instituições visitadas. Desde o começo do projeto (ano de 2022) já foram 52 instituições visitadas.
OUVIDORIA MPPI NAS ESCOLAS: O projeto tem como objetivo promover a aproximação dos alunos de escola pública com o Ministério Público do Piauí, através de palestras promovidas pela Ouvidoria.	Visita da Ouvidoria a duas escolas municipais com a presença de 200 alunos.

Fonte: Ouvidoria do MPPI

A Ouvidoria do MPPI no ano de 2023 registrou 3.819 manifestações. A seguir temos tabela distributiva por tipo de manifestação e a tabela distributiva das manifestações por tema:

Tabela 11 - Distribuição quantitativa por tipo de manifestação (2023)

Tipo de manifestação	Quantidade	%
Reclamação	2.705	70,83%
Críticas	603	15,79%
Pedido de Informação	465	12,18%
Representação	20	0,52%
Elogio	15	0,39%
Sugestões	11	0,29%
Total de manifestações	3.819	100,00%

Fonte: Ouvidoria do MPPI

Tabela 12 - Distribuição quantitativa das manifestações por tema (2023)

Manifestação por Tipo	Quantidade	%
Consumidor	656	17,18%
Serviços Públicos	437	11,44%
Saúde	394	10,32%
Improbidade Administrativa	374	9,79%
Outros	345	9,03%
Crimes	297	7,78%
Educação	209	5,47%
Concurso Público	189	4,95%
Idoso	152	3,98%
Meio Ambiente	129	3,38%
Infância e Juventude	85	2,23%
Consulta e dúvidas jurídicas	84	2,20%
Discriminação de Gênero, Etnia, Condição Física, Social ou Mental	74	1,94%
Atuação de membros ou servidores	59	1,54%
Demandas alheias à competência do Ministério Público	54	1,41%
Controle externo da atividade policial	52	1,36%
Violência doméstica	47	1,23%
Acessibilidade	41	1,07%
Administração e funcionamento do Ministério Público	39	1,02%
Lei de acesso à informação	36	0,94%
Execução Penal	31	0,81%
Sindical e questões análogas	18	0,47%
Eleitoral	17	0,45%
Total de manifestações	3.819	100,00%

Fonte: Ouvidoria do MPPI

2.3.1. Atuação do Ministério Público no Tribunal do Júri

O Grupo de Apoio aos Promotores de Justiça com Atuação no Tribunal do Júri do Ministério Público do Estado do Piauí (GAEJ/MPPI), foi instituído no âmbito do Ministério Público do Estado do Piauí pela Resolução CPJ/PI Nº 07/2015. Cumprindo sua finalidade institucional o GAEJ/MPPI durante o ano de 2023 desenvolveu diversas ações, tais como:

Atuação nas sessões de julgamento, por meio de seus membros, mediante requerimento do Promotor de Justiça com atuação no Tribunal do Júri;

- i. Orientação sobre técnicas e estratégias de atuação do Promotor de Justiça no Plenário do Júri;
- ii. Auxílio em áreas de conhecimento correlatas ao processo penal dos crimes de competência do Tribunal do Júri;
- iii. Realização de oficina anual de atualização em matéria atinente ao Tribunal do Júri.

Em 2023 o GAEJ/MPPI recebeu 139 pedidos de auxílio e atuou em 70 sessões plenárias de julgamento. No total, foram obtidas 49 condenações e 01 absolvição a pedido do MPPI, com penas aplicadas somando 813 anos, 11 meses e 07 dias de reclusão.

Ao todo, o Grupo possui mais de 80% de aproveitamento nas sessões do Tribunal do Júri, tendo funcionado em quase 100 municípios do Estado do Piauí.

2.3.2. Combate à Corrupção e Defesa do Patrimônio Público

O Centro de Apoio Operacional de Combate à Corrupção e Defesa do Patrimônio Público (CACOP) desenvolveu em 2023 o projeto ANPC – SIMP.

Tal projeto está alinhado com o EIXO TEMÁTICO CRIMINAL do Planejamento Estratégico Institucional – PEI 2022/2029, que tem por objetivo aprimorar a efetividade da persecução cível e penal, assegurando ainda direitos e garantias a acusados e vítimas.

O projeto ANPC – SIMP estimulou membros e servidores a acompanhar, de forma efetiva, o cumprimento de Acordos de Não Persecução Cível - ANPCs por meio do Sistema Integrado do Ministério Público – SIMP possibilitando a mensuração dos resultados obtidos nos ANPCs realizados no MPPI.

O CACOP capacitou 148 pessoas dentre membros e servidores do MPPI, quanto às novas funcionalidades do sistema SIMP no que concerne ao registro e acompanhamento efetivo dos ANPCs realizados no âmbito do MPPI, através da disponibilização de POP (procedimento operacional padrão) e videoaulas. O Projeto ANPC – SIMP impactou positivamente no indicador Valor de multas/penalidades aplicadas pelos órgãos de execução (em R\$) saindo de R\$ 76.803,97 em 2022 para R\$ 206.661,49 em 2023.

A seguir tem-se os indicadores de resultados pertinentes às atividades desenvolvidas no apoio aos órgãos de execução:

Tabela 13 – CACOP - Indicadores de resultados (2023)

Indicadores finalísticos – CACOP	Valor R\$/ Quantidade
Valor de multas/penalidades aplicadas pelos órgãos de execução (em R\$)	R\$ 206.661,49
Número de procedimentos instaurados	810
Número de recomendações expedidas	129
Números de Ações Cíveis Públicas Ajuizadas	21
Número de Acordos de Não Persecução Cível celebrados	15
Número de Termos de Ajustamento de Conduta celebrados	7

Relacionados a APOIO AOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO	Quantidade
Elaboração de outros atos	216
Solicitações de apoio pelos órgãos de execução (1º e 2º graus)	210
Elaboração de Ação Civil Pública	46
Elaboração de recomendação	9
Elaboração de compromisso de ajustamento de conduta	6

Relacionados a REMESSA AOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO	Quantidade
Relatórios de auditorias, inspeções, autos de infração e outros	76
Subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais	23
Representações oriundas de atendimentos ao público	5

Relacionados a CORRESPONDÊNCIAS	Quantidade
Recebidas (ofícios, e-mails, memorandos e fax)	958
Expedidas (ofícios, e-mails, memorandos e fax)	521

Relacionados a EVENTOS	Quantidade
Participações em reuniões	36
Participações em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	7
Palestras ministradas	2
Realizações de seminários, reuniões de trabalho ou encontros jurídicos	2

Fonte: Centro de Apoio Operacional de Combate à Corrupção e Defesa do Patrimônio Público (CACOP).

2.3.3. Combate a Organização Criminosas

No combate ao crime organizado o MPPI através do Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado – GAECO no período de 22 de julho de 2021 até dezembro de 2023 realizou 02 Operações próprias e 06 Operações em Auxílio aos Gaecos de outros Estados. Tais operações resultaram em ajuizamento de 09 Denúncias por integrar organização criminosa, desvio de recursos públicos e lavagem de dinheiro, bem como na desarticulação de Organizações Criminosas que atuavam em alguns municípios piauienses. Atualmente busca-se a responsabilização Criminal no âmbito do TJPI e a responsabilidade administrativa (compartilhamento de provas) no âmbito do TCE/PI.

2.3.4. Defesa da Educação e Cidadania

Em defesa da educação e cidadania o MPPI por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação e Cidadania (CAODEC) executa o projeto “Na Escola, Cabem Tod@s”. Este projeto busca fomentar nos municípios piauienses a elaboração de plano de educação inclusiva e criação de Comitês de Defesa da Educação a partir da capacitação de gestores e profissionais da educação, objetivando o despertar para uma educação inclusiva, compreendendo os aspectos: pedagógico, estrutural, social e orçamentário.

Além do projeto acima o CAODEC realizou diversas ações em defesa da educação e cidadania. Abaixo seguem algumas ações realizadas ao longo do ano de 2023:

Quadro 9: Ações desenvolvidas pelo CAODEC (2023)

Ações desenvolvidas (2023)		
1. Elaboração e publicação de fluxo das solicitações de perícia técnica relacionadas a área da Arquitetura.	2. Expedição e publicação da Nota Técnica nº01/2023 e de modelos de peças acerca do Piso do Magistério referente ao ano de 2023.	3. Expedição e publicação da Nota Técnica nº02/2023 e de modelos de peças acerca da prevenção de conflitos, promoção da segurança e da Cultura de Paz no ambiente escolar.
4. Encaminhamento de modelos de peças aos órgãos de execução a fim de fomentar a fiscalização do cumprimento da Lei Federal nº 14.164/2021 – Semana Escolar de Combate à Violência contra a mulher.	5. Encaminhamento de Ofício Circular informativo e modelos de peças, a fim de fomentar a fiscalização da adesão dos municípios ao programa das obras inacabadas nas escolas piauienses.	6. Encaminhamento de Ofício Circular informativo para o acompanhamento do registro e/ou regularização dos fundos de direitos da pessoa idosa no cadastro nacional perante o Ministério de Direitos Humanos e Cidadania.
7. Encaminhamento de Ofício Circular informativo e modelos de peças, a fim de fomentar a fiscalização da implantação do programa Educação em Tempo Integral nas escolas dos municípios piauienses.	8. Encaminhamento de Ofício Circular informativo e material de apoio, a fim de fomentar o acompanhamento da realização das Conferências Intermunicipais de Educação em preparação para a Conferência Nacional de Educação – CONAE 2024.	9. Realização de palestra na Jornada Pedagógica da UNDIME/PI acerca do fortalecimento dos sistemas de ensino e a autonomia das redes – 30 de janeiro de 2023.
10. Realização de oficina do projeto Caravana Na Escola Cabem Todos como parte da programação da Jornada Pedagógica da UNDIME/PI – 01 de fevereiro de 2023.	11. Participação nas tratativas de instalação do GAEPE/PI, em parceria com o TCE/PI e a UNDIME/PI – 24 de fevereiro de 2023.	12. Realização de palestra sobre Educação Inclusiva na segunda edição do evento Cidade Inclusiva, promovido pela SEID – 09 de março de 2023.
13. Realização de audiência com a Universidade Estadual do Piauí para tratar sobre a readequação do calendário acadêmico – 16 de março de 2023.	14. Participação na cerimônia de lançamento do Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação no Piauí (GAEPE-PI), realizada no Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) – 21 de março de 2023.	15. Participação, como mediadora, no evento #MPEmConversaÇÃO, realizado pelo Ministério Público do Piauí, para promover o diálogo interinstitucional e intrainstitucional – 30 de março de 2023.
16. Realização de fiscalização, junto à Promotoria de Justiça de Luzilândia e o TCE/PI acerca do início do período letivo de 2023 e a estrutura das escolas do município – 31 de março de 2023.	17. Realização de diálogo com representantes da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, realizado, na sede do Ministério Público do Estado do Piauí – 03 de abril de 2023.	18. Realização de encontro com representantes de diversas instituições piauienses reunidas para dialogar sobre a rede de proteção escolar, ocorrido na sede da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) – 05 de abril de 2023.
19. Diálogo com membros do Conselho de Acompanhamento e Controle Social (CACCS) do FUNDEB dos municípios piauienses (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) – 11 de abril de 2023.	20. Participação na reunião com a presidente do Grupo Nacional dos Direitos Humanos (GNDH), Dra. Luciana Gomes Ferreira de Andrade, componentes da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC), Dr. Leonardo Barchini, Secretário-Executivo Adjunto da Secretaria Executiva do MEC e outros representantes de órgãos que atuam pela Educação, com o intuito de contribuir para a concretização do direito fundamental à educação de qualidade – 13 de abril de 2023.	21. Participação no processo de criação do Grupo de Trabalho para promover a segurança e a cultura de paz nas escolas, em encontro realizado na Secretaria Estadual de Educação do Piauí (SEDUC-PI) – 14 de abril de 2023.
22. Participação no encontro realizado para tratar das ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), no âmbito da promoção da segurança, cultura de paz e estruturação na rede municipal de ensino – 17 de abril de 2023.	23. Participação no terceiro encontro de alinhamento de ações interinstitucionais efetivas de prevenção da violência nas escolas e de promoção da cultura de paz, realizado na sede da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) – 18 de abril de 2023.	24. Encontro com o Procurador-Geral de Justiça do Piauí (PGJ-PI), Cleandro Moura, e demais coordenadores dos Centros de Apoio e Grupos de Atuação do Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI), na sede leste ministerial, com o objetivo de alinhar ações institucionais estratégicas de prevenção de conflitos, promoção da segurança e cultura de paz no ambiente escolar – 19 de abril de 2023.

Ações desenvolvidas (2023)		
25. Participação no lançamento do Manual de Acessibilidade “Superando as barreiras atitudinais”, um guia que orienta e expande o conhecimento da população em relação a pessoa com deficiência e a inauguração da Unidade de Acessibilidade e Inclusão do Poder Judiciário do Piauí – 20 de abril de 2023.	26. Participação no encontro com integrantes do Comitê Técnico da Primeira Infância do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do programa Pacto pelas Crianças do Piauí, visando a cooperação interinstitucional em prol da primeira infância, realizado na sede do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) – 05 de março de 2023.	27. Realização de palestra sobre Educação Inclusiva na 4ª edição do evento Cidade Inclusiva, realizado no Centro de Ensino de Tempo Integral (CETI) Governador Dirceu Mendes Arcoverde – 16 de junho de 2023.
28. Participação no curso de Educação Pública, realizado na sede do Tribunal de Contas do Estado do Piauí – 20 de junho de 2023.	29. Participação e escolha da Coordenadora do CAODEC como vice-coordenadora da Comissão Permanente de Educação (COPEDEC), durante reunião virtual realizada em 23 de junho de 2023.	30. Participação na solenidade de apresentação e assinatura do termo de adesão do Pacto pela Educação e das Ações do Pacto pelas Crianças do Piauí – 11 de julho de 2023.
31. Encontro com o Magnífico Reitor da UESPI, Prof. Dr. Evandro e a pró-reitora de ensino e graduação, Prof. ^a . Monica Feitosa, para tratar sobre questões relacionadas com a melhoria do serviço prestado pela Instituição e as possíveis parcerias com o Ministério Público do Estado do Piauí – 14 de agosto de 2023.	32. Realização de palestra no primeiro Encontro Formativo de Pedagogas (os) da Rede Municipal de Educação de Teresina – 29 de agosto de 2023.	33. Designação pelo CNMP para integrar dois grupos de trabalho da Comissão da Infância, Juventude e Educação (CIJE) – 31 de agosto de 2023.
34. Participação no encontro com os integrantes dos fóruns municipal e estadual de Educação, com a finalidade de tratar sobre a realização das Conferências intermunicipais e estadual de Educação – 30 de outubro de 2023.	35. Participação na Conferência Preparatória (Etapa Municipal Teresina) para a Conferência Nacional de Educação (CONAE) 2024 – 31 de outubro de 2023.	36. Realização de Audiência extrajudicial conciliatória sobre a implantação e o pagamento do piso salarial do magistério na rede municipal de ensino de Teresina para os anos de 2022 e 2023 – 07 de novembro de 2023.

Fonte: Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação e Cidadania (CAODEC)

A partir das ações desenvolvidas pelo CAODEC obteve-se resultados, tais como:

- ✓ Instauração de 06 procedimentos administrativos e expedição de 17 recomendações administrativas pelos órgãos de execução a partir da ação que fomentou a fiscalização do cumprimento da Lei Federal nº 14.164/2021 – Semana Escolar de Combate à Violência contra a mulher;
- ✓ Instauração de 26 procedimentos administrativos, a partir da ação que fomentou a fiscalização da adesão dos municípios ao programa das obras inacabadas nas escolas piauienses;
- ✓ Instauração de 17 procedimentos administrativos, a partir da ação que fomentou a fiscalização da implantação do programa Educação em Tempo Integral nas escolas dos municípios piauienses;
- ✓ Instauração de 49 procedimentos administrativos e expedição de 02 recomendações administrativas, a partir da ação que fomentou a fiscalização do cumprimento do Piso do Magistério pelos municípios piauienses;
- ✓ Instauração de 23 procedimentos administrativos e expedição de 01 recomendações administrativas, a partir da ação que fomentou o acompanhamento de medidas de prevenção de conflitos, promoção da segurança e da Cultura de Paz no ambiente escolar;

- ✓ Instauração de 13 procedimentos administrativos e 01 Inquérito Civil, a partir da ação que fomentou o acompanhamento do registro e/ou regularização dos fundos de direitos da pessoa idosa no cadastro nacional perante o Ministério de Direitos Humanos e Cidadania;
- ✓ Formação de cerca de 3 mil pessoas sobre a Educação Inclusiva e outras temáticas de atuação do CAODEC.

A seguir tem-se os indicadores de resultados pertinentes às atividades desenvolvidas no apoio aos órgãos de execução:

Tabela 14 - CAODEC - Indicadores de resultados (2023)

Relacionados a APOIO AOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO - CAODEC	Quantidade
Solicitações de apoio pelos órgãos de execução (1º e 2º graus)	809
Elaboração de outros atos	199
Elaboração de recomendação	42
Elaboração de Ação Civil Pública	16
Elaboração de compromisso de ajustamento de conduta	8

Relacionados a REMESSA AOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO	Quantidade
Subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais	276
Representações oriundas de atendimentos ao público	99
Notícias veiculadas em jornais e outros	66

Relacionados a CORRESPONDÊNCIAS	Quantidade
Recebidas (ofícios, e-mails, memorandos e fax)	822
Expedidas (ofícios, e-mails, memorandos e fax)	547

Relacionados a EVENTOS	Quantidade
Participações em reuniões	62
Participações em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	24
Palestras ministradas	6
Realizações de seminários, reuniões de trabalho ou encontros jurídicos	6
Participações em audiências públicas	1

OUTROS	Quantidade
Atendimentos ao público	53

Fonte: Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação e Cidadania (CAODEC)

2.3.5. Defesa da Infância e Juventude

O Centro de Apoio Operacional de Defesa da Infância e Juventude (CAODIJ) em defesa dos direitos e interesses da infância e juventude no ano de 2023, desenvolveu projetos e ações, tais como:

O Programa Infância e Juventude Protegida contou com 989 inscritos no Curso EAD Escuta Especializada para a Rede de Proteção, bem como com 224 profissionais capacitados presencialmente em Encontros Regionais realizados em Teresina, Parnaíba, Piri-piri e Campo Maior; 44 municípios criaram o Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência; 9 municípios criaram fluxo e protocolos para atendimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência; e 23 municípios possuem sala destinada à escuta especializada de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

Com a realização do projeto MPPI Sempre Presente na Regularização dos Fundos da Infância e Adolescência: um compromisso com o futuro de crianças e adolescentes em 2023 foram criados 110 fundos no Estado do Piauí, e 91 fundos aptos no IRPF 2023.

A Campanha Eu Sou Cidadão Solidário: Veja como destinar parte do seu imposto de renda para o FIA alcançou o montante de R\$ 1.022.920,63 destinados no IRPF 2023.

Com a ação de acompanhamento da implantação do Plano Estadual e Municipais de Atendimento Socioeducativo, bem como com o Workshop: O Ministério Público e a Fiscalização das Medidas Socioeducativas de Meio Aberto realizado pelo CAODIJ, houve um aumento de 188,24% no envio de relatório ao CNMP, pelas Promotorias de Justiça, em cumprimento à Resolução nº 204/2019, que trata do envio de relatório de fiscalização do serviço socioeducativo em meio aberto no Estado do Piauí.

O Projeto Eu Tenho Nome e Sobrenome possibilitou coletas em 15 Procedimentos instaurados pelas Promotorias de Justiça com atribuição em matéria de Infância e Juventude, todas remetidas ao Laboratório Central de Saúde Pública do Piauí, para processamento do exame de DNA das partes interessadas. Foram disponibilizados pelo LACEN e remetidos às Promotorias 31 Laudos Periciais contendo o resultado dos exames, os quais compreenderam coletas realizadas em 2023 e em anos anteriores.

A realização da Campanha Adolescência sem Álcool disponibilizou às Promotorias de Justiça materiais de referência para atuação e sensibilização da comunidade local, como minutas de peças e cartazes da Campanha.

A seguir tem-se os indicadores de resultados pertinentes às atividades desenvolvidas no apoio aos órgãos de execução:

Tabela 15 - CAODIJ - Indicadores de resultados - (2023)

Indicadores finalísticos - CAODIJ	Quantidade
Solicitações de apoio pelos órgãos de execução (1º e 2º graus)	327
Elaboração de outros atos	260
Elaboração de recomendação	13
Atos de apoio realizados a órgãos de 2º grau	5
Elaboração de Ação Civil Pública	3
Elaboração de compromisso de ajustamento de conduta	1
Relacionados a REMESSA AOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO	
Subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais	54
Relatórios de auditorias, inspeções, autos de infração e outros	21
Representações oriundas de atendimentos ao público	17
Relacionados a CORRESPONDÊNCIAS	
Recebidas (ofícios, e-mails, memorandos e fax)	4.859
Expedidas (ofícios, e-mails, memorandos e fax)	2.822
Relacionados a EVENTOS	
Realizações de seminários, reuniões de trabalho ou encontros jurídicos	114
Participações em reuniões	83
Participações em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	56
Palestras ministradas	34
Participações em audiências públicas	1
OUTROS	
Atendimentos ao público	138

Fonte: Centro de Apoio Operacional de Defesa da infância e Juventude (CAODIJ)

2.3.6. Defesa da Saúde

Em defesa do direito à saúde o Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde (CAODS) desenvolveu 03 Projetos Institucionais no ano de 2023, voltados para o fomento de políticas públicas de saúde, a saber:

Projeto 1: MPPI na Garantia do Direito a Assistência Farmacêutica com finalidade de fomentar a gestão da Assistência Farmacêutica, para garantir o acesso dos usuários do SUS aos medicamentos da atenção básica, nos municípios que integram os polos Regionais de Campo Maior e Corrente. Este projeto apresentou os seguintes resultados:

- 67 fiscalizações realizadas em serviços de assistência farmacêutica (Farmácias Centrais/ Centrais de Abastecimento Farmacêutico/ Farmácias de UBS), situados em 61% dos municípios aderentes (23 municípios);

- Sistemas de Gestão da Assistência Farmacêutica implantados e alimentados em 74% dos municípios alvos (23 dos 31) alimentaram o Sistema HÓRUS, após início da execução do projeto (jun./2022);
- 10 REMUMES criadas em 32% dos municípios alvos (10 municípios);
- 289.245 (duzentas e oitenta e nove mil, duzentas e quarenta e cinco) pessoas beneficiadas, considerada a população dos 27 municípios que já obtiveram algum resultado no projeto (alimentação do Hórus, criação de REMUMES e fiscalizações);
- Realização de 03 (três) oficinas presenciais, nos municípios de Piri-piri, Corrente e Teresina, e uma online, que resultaram na qualificação de 558 profissionais, dentre técnicos com atuação na Assistência Farmacêutica, Vigilâncias Sanitárias Municipais, Coordenadores de Atenção Básica e Gestores de Saúde, por meio da realização de oficinas sobre gestão da Assistência Farmacêutica Municipal e utilização do Hórus no Componente Básico, em parceria com Secretaria de Estado da Saúde (Sesapi), Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Piauí (Cosems-PI), Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) e Conselho Regional de Farmácia (CRF-PI);
- Estreitamento das relações entre gestores e membros do Ministério Público, por meio da realização de reuniões com os Prefeitos e Gestores Municipais de Saúde, para adesão ao projeto nos Polos Regionais de Campo Maior e Corrente, audiências extrajudiciais com o fim de monitorar a implementação das ações, realizadas em 09 municípios aderentes, assim como de visitas aos serviços de assistência farmacêutica pelo Promotor(a) de Justiça , acompanhado do CAODS, Conselho Regional de Farmácia do Piauí, Diretorias Estaduais de Vigilância Sanitária e da Unidade de Assistência Farmacêutica. Até o momento, foram realizadas reuniões nos polos regionais de Corrente e Campo Maior, que contaram com 76 (setenta e seis) participantes, feitas 04 visitas conjuntas nos municípios de Corrente, Cristalândia e Riacho Frio e audiências extrajudiciais em 09 municípios aderentes.
- Realização de Campanhas informativa, com a divulgação de cards para mídias sociais, spots de rádio e entrevista especial com profissional da Vigilância Sanitária.
- Fomento da atuação ministerial na garantia do direito à assistência farmacêutica: 31 Procedimentos Administrativos instaurados; 15 Recomendações Administrativas expedidas; 09 audiências extrajudiciais realizadas pelas Promotorias de Justiça com Gestores Municipais de Saúde, Técnicos da Vigilância Sanitária e da Assistência Farmacêutica de sete municípios aderentes; e 04 visitas nos serviços de assistência farmacêutica pela Promotoria de Justiça, acompanhada do CAODS, DIVISA, CRF-PI

e DUAF, além da viabilização de 57 inspeções pelas VISAs municipais, 05 pelo Conselho Regional de Farmácia do Piauí e 01 pelo Conselho Municipal de Saúde.

Projeto 2: Juntos Renovando Vidas, com objetivo de fomentar a integração das redes de atenção à saúde, assistência social, educação, trabalho, cultura, segurança, lazer e as organizações da sociedade civil, por meio de parcerias, para promover a reabilitação psicossocial das pessoas com necessidades decorrentes do uso de drogas, através da disponibilização de alternativas esportivas, culturais, artísticas, profissionais e educacionais, para inclusão social e melhoria da qualidade de vida, mediante a criação de fluxos que facilitem a comunicação dos serviços de saúde com as demais secretarias de governo e organizações da sociedade civil. Este projeto alcançou os seguintes resultados:

- 04 oficinas realizadas, nos municípios de Teresina, Floriano e Piripiri, em parceria com o SENAR (Piripiri e Floriano) e SENAI (Teresina), para qualificação dos usuários dos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas, a fim de promover a reinserção social e reabilitação psicossocial, que resultaram na qualificação de 42 educandos (9 CAPSad Teresina, 20 Caps ad Piripiri e 13 Caps ad Floriano);
- Articulação com órgãos Governamentais e da Sociedade Civil, para firmar parcerias, a fim de viabilizar uma atuação integrada na disponibilização de atividades de reinserção social e reabilitação psicossocial, por meio da realização de reuniões com as Secretarias de Estado (Saúde - Sesapi, Agricultura Familiar - Saf, Cultura - Secult, Segurança Pública - SSP, Esportes - Secepi, Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos - Sasc), a Coordenadoria de Enfrentamento às Drogas e Fomento ao Lazer (Cendfol), Serviços do Sistema S (Senar, Senai e Sebrae) e o Instituto Federal do Piauí, assim como auxiliou as Promotorias de Justiça aderentes na realização de reuniões com os Prefeitos Municipais, Secretarios de Saúde e Coordenações dos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas, para sensibilização quanto à adesão às ações do projeto;
- Aproximação entre o Ministério Público, gestores públicos municipais, órgãos parceiros e profissionais dos serviços de atenção às pessoas com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas, por meio da realização de visitas conjuntas ao CAPS ad de Teresina, Unidade Integrada de Saúde do Mocambinho e Centro Social Urbano do Parque Piauí, para conhecer o funcionamento dos serviços,
- Solicitado ao PGJ propositura de Acordo de Cooperação Técnica com os parceiros, para execução do projeto;
- Diagnóstico do perfil dos usuários atendidos nos serviços de saúde e de assistência social com problemas relacionados ao uso abusivo de álcool e outras drogas, a partir

das respostas ao formulário “FORMS” encaminhado pelo CAODS aos municípios, para subsidiar as ações do projeto.

Projeto 3: Mapeando Cuidados, com o objetivo de promover a melhoria do acesso às ações e serviços de atenção à saúde das pessoas em sofrimento psíquico, no Estado do Piauí, obtendo como resultado: 06 podcasts realizados e divulgados, com os seguintes temas e entrevistados: 1ª ed. “Autocuidado e autoestima”, Psicóloga Liandra Nogueira; 2ªed. “Manifestação de sintomas psicossomáticos e ansiedade”, Psicóloga Isabela Brito Lima; 3ª ed. “Saúde mental em tempos de hiperconectividade”, Professor e terapeuta cognitivo comportamental Railan Silva; 4ªed. “Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)”, psicóloga Elizandra Pires; 5ª ed. “Atendimento psicológico voluntário”, psicólogo clínico Beto Silva; 6ª ed. “Etiologia dos transtornos mentais”, médico Samuel Robison Moreira Rego. Os podcasts já contabilizam mais de 72 reproduções no Spotify e página da rádio no site, 1.372 visualizações das matérias no site e 16.514 contas alcançadas nas mídias sociais.

Além dos projetos acima foram executadas práticas e ações para acompanhamento de Políticas Públicas, por meio de reuniões com os gestores Públicos de Saúde, por iniciativa do CAODS e em apoio aos órgãos de execução, onde são conciliadas medidas para adequação dos serviços e monitorado o seu cumprimento, seguem casos mais relevantes:

ACESSO A EXAMES DE IMAGEM POR MENORES (Reunião com Diretorias Técnicas da Fundação Municipal de Saúde de Teresina). Resultados: providências adotadas pela Fundação Municipal de Saúde, por meio da Diretoria de Regulação, Controle, Avaliação de Auditoria – DRCAA:

- Ampliação do acesso aos usuários do SUS menores, na faixa etária de 0 a 17 anos, para os exames de imagem de alta complexidade, com e sem sedação, por meio da criação de campo específico para solicitação de regulação dos exames no Sistema Gestor Saúde, até então inexistente, bem assim da disponibilização de escala na Clínica Lucídio Portela para realização de exames de imagem com sedação para menores;
- Realização de vistorias in loco, pela GRAUD/FMS, nos prestadores públicos de gestão do município de Teresina, para verificar a capacidade instalada da oferta de exames diagnósticos, com o objetivo de ampliar a disponibilização de exames nas unidades públicas;
- Organização da regulação dos exames e consultas especializados, com a elaboração de protocolos com critérios para triagem das solicitações de regulação nas áreas mais críticas definidas conforme demanda reprimida existente (cardiologia, neuropediatria, oftalmologia, ortopedia e urologia), Grupo de Trabalho de Médicos Reguladores,

observadas as linhas de cuidado do Ministério da Saúde, o que possibilitará o acesso oportuno, de acordo com o quadro clínico do paciente.

ATENÇÃO CARDIOVASCULAR E NEUROLÓGICA DE ALTA COMPLEXIDADE

(intermediação de tratativas entre a Secretaria de Estado da Saúde, Fundação Municipal de Saúde e Hospitais de Referência (Hospital Universitário, Hospital Getúlio Vargas e Hospital São Paulo)). Resultados:

- Como resultado dos compromissos firmados em reunião a Fundação Municipal de Saúde, por meio da Diretoria de Regulação, Controle, Avaliação de Auditoria – DRCAA, realizou chamamento público aos serviços privados habilitação em cardiologia, a fim de ampliar oferta dos procedimentos cardiológicos, tendo 02 hospitais manifestado interesse (HTI Casamater e o Itacor) e se encontram em processo para contratualização;
- Iniciado protocolo entre o Hospital Universitário e Gerencia de Regulação Hospitalar de Teresina para acesso à cirurgia de aneurisma da aorta descendente, atualmente realizado pelo SUS apenas no HU. Elaborado pelo HU proposta para realização do implante CDI nos hospitais, com indicação do aporte financeiro necessário, a fim de subsidiar negociação com os gestores públicos para oferta do procedimento no Estado pelo SUS.

ATENÇÃO AUDITIVA DE ALTA COMPLEXIDADE NO ESTADO (reuniões com os setores técnicos da Fundação Municipal de Saúde de Teresina (DRCAA/FMS) e da Secretaria de Estado da Saúde (DUCARA/SESAPI)). Resultados:

- Como resultados dos acordos firmados em audiência, foi iniciado processo para habilitação da Clínica Flávio Santos junto ao Ministério da Saúde, a fim de que realize o procedimento de troca do processador de fala para implante coclear multicanal.

REDE DE ATENDIMENTO SAVVIS (Promoção de ações para garantir o adequado atendimento em saúde às vítimas de violência sexual pelos Hospitais que fazem parte da Rede de Atendimento SAVVIS do Estado do Piauí, por meio de reuniões com a participação das Secretarias de Estado da Saúde e Segurança Pública e Gestores dos Hospitais). Resultados:

- Em decorrência dos ajustes firmados nas audiências as Promotorias de Justiça Corrente (2ª), Floriano (1ª) e de Bom Jesus (Regional) instauraram procedimentos para acompanhar o funcionamento dos serviços;

- As Secretaria de Estado da Saúde, junto com a de Segurança Pública, realizaram supervisão nos serviços e capacitações com os profissionais de saúde, para verificação das necessidades e correção das inadequações, além de ações de educação permanente pelos hospitais;
- O Departamento de Polícia Técnico Científica do Piauí Dr. Antônio Nunes, comprometeu-se a disponibilizar o material pericial necessário para manutenção do funcionamento do serviço nos hospitais, a fim de evitar sua descontinuidade, até a que a SESAPI regularize o fornecimento.

COBERTURA VACINAL (Acompanhamento da política nacional de imunização nos municípios do Piauí). Resultados:

- Melhoria da cobertura vacinal no Piauí em todos os imunos. Ao final de 2022, o Piauí estava com cobertura 45,14%, já em 2023 encerrou o ano com a cobertura vacinal total de 87,48%;
- Na última reunião realizada com a Coordenação de Imunização do Estado, dia 10/01/2024, foi informado que o Piauí foi destaque dentre os Estados com melhor cobertura vacinal, em monitoramento realizado pelo Ministério da Saúde referente ao ano de 2023, bem assim que os municípios tiveram bons resultados na campanha de multivacinação realizada em outubro/2023.

PROGRAMA QUALIFAR (Abertura de edital pelo Ministério da Saúde para habilitação de novos municípios ao Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica do Sistema Único de Saúde (Qualifar-SUS) 2023). Resultados:

- Habilitação de 65 (sessenta e cinco) municípios do Piauí, das 66 vagas destinadas ao Estado, sendo 08 municípios contemplados pelo Projeto MPPI na Garantia da Assistência Farmacêutica e 12 dentre os municípios que as Promotorias de Justiça manifestaram acatamento ao ofício-circular do CAODS.

A seguir tem-se os indicadores de resultados pertinentes às atividades desenvolvidas no apoio aos órgãos de execução:

Tabela 16 - CAODS – Indicadores de resultados - (2023)

Relacionados a APOIO AOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO	Quantidade
Elaboração de outros atos	6.565
Solicitações de apoio pelos órgãos de execução (1º e 2º graus)	568
Elaboração de recomendação	45
Atos de apoio realizados a órgãos de 2º grau	23

Elaboração de Ação Civil Pública	10
Elaboração de compromisso de ajustamento de conduta	1

Relacionados a REMESSA AOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO	Quantidade
Subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais	1.157
Representações oriundas de atendimentos ao público	89
Notícias veiculadas em jornais e outros	76
Relatórios de auditorias, inspeções, autos de infração e outros	33

Relacionados a CORRESPONDÊNCIAS	Quantidade
Recebidas (ofícios, e-mails, memorandos e fax)	4.266
Expedidas (ofícios, e-mails, memorandos e fax)	3.923

Relacionados a EVENTOS	Quantidade
Participações em reuniões	149
Participações em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	58
Realizações de seminários, reuniões de trabalho ou encontros jurídicos	44
Participações em audiências públicas	8
Palestras ministradas	7

OUTROS	Quantidade
Atendimentos ao público	89
Elaboração e remessa ao PGJ de planos de ação	6

Fonte: Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde (CAODS)

2.3.7. Defesa do Consumidor

O Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon/MPPI) no ano de 2023 realizou projetos, práticas e ações em defesa do consumidor por todo o estado piauiense, tais como:

- Projeto Rede de Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor - Polos Regionais. Resultados obtidos: A uniformização e praticidade das atividades extrajudiciais afetas aos Polos Regionais no Sistema Integrado do Ministério Público – SIMP MPPI Área Rede Procon com impacto na resolutividade extrajudicial das Promotorias de Justiça; 100% das Regionais de Promotorias de Justiça da Rede Procon atingidas; 939 Processos administrativos instaurados; e R\$ 4.331.552,00 (quatro milhões, trezentos e trinta e um mil, quinhentos e cinquenta e dois reais) em TTA's e Multas Recolhidas ao FPDC.
- Projeto MPPI Sempre Presente na Qualidade dos Combustíveis. Resultados obtidos: O acesso das informações de forma fácil e dinâmica em painel de *business intelligence*

(BI), disponível para consulta pública no site do MPPI⁶, como instrumento de empoderamento e de efeito pedagógico para a prevenção de danos ao consumidor final de combustíveis; 224 cidades visitadas; 1.231 postos de combustíveis fiscalizados; 311 autuados; e 920 regulares.

- Práticas OKR no Procon/MPPI. Resultados obtidos: Melhorias na gestão de dados de forma proativa para a tomada de decisões e medindo resultados para uma gestão eficaz; Evolução de mais 100% em multas aplicadas e crescimento acima de 500% em propostas de transação administrativa expedidas ao fornecedor.
- MP em Ação Procon Itinerante, atendimento descentralizado ao consumidor. Resultados obtidos: Acesso à justiça de forma descentralizada para a solução de conflitos consumeristas; 34 cidades visitadas; 1.317 atendimentos realizados; Palestras educativas para 652 alunos do 8º ao 9º da Rede Pública Municipal de Ensino dos municípios visitados.

O Procon/MPPI por meio da Escola de Defesa do Consumidor promoveu ao longo de 2023, campanhas educativas, pesquisas e cursos⁷, tais como:

- ✓ Painel Volta as Aulas 2023 com objetivo de fornecer dados para que pais e responsáveis possam comparar os preços de mercado quando forem adquirir os materiais.
- ✓ Café com o Consumidor 4ª Edição, em 15/03/2023, em alusão ao Dia Mundial do Consumidor.
- ✓ Oficina Rede Procon – Adoção do Laboratório Móvel para Análise de Combustíveis.
- ✓ Painéis de monitoramento do mercado de consumo como medida educativa de consumo, prevenção de danos e resolução de conflitos.
- ✓ Painéis: Consulta de Reputação de Fornecedores; Postos Fiscalizados; e Procon Itinerante.

⁶ Disponível em <https://www.mppi.mp.br/internet/procon/>

⁷ Disponíveis em <https://www.mppi.mp.br/internet/procon/>

A seguir tem-se os indicadores de resultados pertinentes às atividades desenvolvidas pelo Procon/MPPI durante o ano de 2023:

Tabela 17: PROCON/MPPI – Atividades no âmbito Extrajudicial

Atividade – Extrajudicial SEDC	Quantidade
Consumidor.gov.br	15.697
Procon Itinerante MPPI	1.317

Fonte: Procon/MPPI.

Tabela 18: PROCON/MPPI – Atividades no âmbito Judicial

Atividade – Judicial	Quantidade
Manifestações Judiciais	337
Audiências Judiciais	14
Ações procedentes – Deferimento do mérito	5
Contrarrazões a Apelação	4
Decisão interlocutório – Deferimento de Liminar	4
Réplica a Contestação	3
Agravo de Instrumento	2
Contrarrazões a Embargo de Declarações	2

Fonte: Procon/MPPI.

Tabela 19: PROCON/MPPI – Indicadores de resultados

Atividade – Rede Procon	Quantidade	
Valor de Multas aplicadas	R\$	44.618.961,21
Valor Recolhido ao FPDC	R\$	2.070.108,29
Arquivados		2.251
Notificações Expedidas		2.036
Em Andamento		1.500
Protocolos Sei - Processos com tramitação no período		975
Protocolos Sei - Processos com andamento fechado no período		950
Protocolos de atendimentos registrados no Simp-MPPI		589
Ofícios Expedidos		576
Audiências Extrajudiciais Realizadas		329
Procedimentos Administrativos Instaurados		247
PA – Processo Administrativo		168
Termo de Declarações		162
Encaminhados à Junta Recursal		126
Apoio à Atividade Finalística - Rede Procon		105
RCL - Reclamação		45
Acordos Obtidos		44
Termo de Transação Administrativa – TTA's Firmados		35
PGEA - Atividades do Procon Itinerante		35

IP – Investigação Preliminar	34
PGEA - Apoio à Atividade Finalística - Área Pericial	19
Recomendações Expedidas	6

Fonte: Procon/MPPI.

Tabela 20: PROCON/MPPI – Atuação da JURCON

Atividade - JURCON	Valor R\$/	Quantidade
Reexame decorrente de recursos administrativos	R\$	3.562.859,76
Homologação de TTA (Termo de Transação Administrativa)	R\$	627.155,27
Processos Julgados		194

Fonte: Procon/MPPI.

Tabela 21: PROCON/MPPI – Fiscalizações realizadas

Fiscalizações realizadas	Descrição	Quantidade
Apoio à Rede de Promotorias	Estabelecimentos fiscalizados	66
Cumprimento de Diligências	GLP - SIMP	81
Cumprimento de Diligências	Sistema SIMP – Cumprimento de diligências	56
Cumprimento de Diligências	Entregas de notificações	41
Data Comemorativa	Semana Santa	7
De Ofícios (Ostensivas)	Aumento de preço – Postos de combustíveis	47
Fiscalizações realizadas	Descrição	Quantidade
De Ofícios (Ostensivas)	Sistema Sei - Apoio à Rede Procon	39
De Ofícios (Ostensivas)	Material Escolar	23
Fiscalização Conjunta	Procon e CREF-PI	27
Fiscalização Conjunta	Procon e IMEPI	11
Fiscalização Conjunta	Procon e ADAPI	6
Fiscalização Conjunta	Procon e DECCOTERC	5
Fiscalização Conjunta	Procon e SEFAZ	4
Fiscalização Conjunta	Procon e ANP	1
Fiscalização Conjunta	Procon e CRO	1
Laboratório Móvel	Amostras/testemunha coletadas	96
Operação Petróleo Real	Postos fiscalizações	664
Operação Petróleo Real	Cidades visitadas	173
Operação Petróleo Real	Postos autuados	153
Pesquisa de Preços	Volta as aulas	10
Pesquisa de Preços	Black Friday	8

Fonte: Procon/MPPI.

2.3.8. Defesa do Meio Ambiente

O Ministério Público por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente (CAOMA) desenvolveu projetos em prol do meio ambiente, tais como:

- **Projeto Zero Lixões: por um Piauí mais limpo** visando consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação interinstitucional para garantir a disposição final ambientalmente adequada de resíduos sólidos no Estado do Piauí. Resultados obtidos: 24 Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) assinados por prefeitos; 03 (três) Acordos de Não Persecução Penal (ANPPs) assinados por prefeitos; Oferecimento de Denúncia em face de 03 (três) gestores municipais; 09 municípios já encerraram seus lixões e destinam adequadamente os resíduos.
- **Projeto Agrotóxico Legal** com o objetivo de promover ações para prevenção e combate à fabricação, transporte comercialização, utilização e descarte inadequados de agrotóxicos. Resultados obtidos: instalação do Fórum Estadual de Combate ao Mau Uso dos Agrotóxicos e publicação do Manual de Atuação Ministerial sobre Agrotóxicos.
- **Linha Verde** – Consiste em um formulário on-line disponibilizado na página do Ministério Público do Estado do Piauí na internet e possui a finalidade de facilitar a realização de “denúncias” sobre condutas que atentam contra o meio ambiente neste Estado, facilitando o acesso ao MPPI e evitando que o cidadão tenha que comparecer à Promotoria de Justiça para efetuar sua reclamação. Resultados obtidos: Apenas no ano de 2023, foram realizados 54 atendimentos ao público por meio dos canais oficiais do projeto, que resultaram em criação de Notícias de Fato pelas Promotorias de Justiça, com o auxílio do CAOMA.
- **Operação Nacional “Mata Atlântica em Pé”** – Coordenada pelo Ministério Público do Paraná e realizada pelo MPPI desde o ano de 2018, consiste em atuação coordenada e simultânea nos 17 Estados brasileiros em que há vestígios de Mata Atlântica, a fim de coibir o desmatamento e recuperar áreas degradadas do bioma, por meio de vistorias, fiscalizações, autuações e responsabilização de infratores. Resultados obtidos: Apenas em 2023, foram realizadas 34 (trinta e quatro) vistorias técnicas, com produção de laudos, nos locais de municípios piauienses com alertas de desmatamentos iguais ou superiores a 10 hectares, cujos resultados foram encaminhados às Promotorias de Justiça, com minutas de peças, para adoção das providências cabíveis.

A seguir tem-se os indicadores de resultados pertinentes às atividades desenvolvidas no apoio aos órgãos de execução:

Tabela 22 - CAOMA - Indicadores de resultados - (2023)

Indicadores de Resultados - CAOMA		Quantidade
Número de Termos de Ajustamento de Conduta celebrados		24
Número de lixões encerrados com o Projeto "Zero Lixões"		9
Número de Acordos de Não Persecução Penais celebrados		3
Número de denúncias oferecidas		3
Números de Ações Cíveis Públicas Ajuizadas		3
Número de procedimentos instaurados		1
Relacionados a APOIO AOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO		Quantidade
Solicitações de apoio pelos órgãos de execução (1º e 2º graus)		1081
Elaboração de outros atos		954
Elaboração de Ação Civil Pública		49
Elaboração de recomendação		47
Elaboração de compromisso de ajustamento de conduta		46
Atos de apoio realizados a órgãos de 2º grau		15
Elaboração Denúncia		6
Relacionados a REMESSA AOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO		Quantidade
Subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais		838
Notícias veiculadas em jornais e outros		103
Relatórios de auditorias, inspeções, autos de infração e outros		96
Representações oriundas de atendimentos ao público		54
Relacionados a CORRESPONDÊNCIAS		Quantidade
Expedidas (ofícios, e-mails, memorandos e fax)		2123
Recebidas (ofícios, e-mails, memorandos e fax)		1602
Relacionados a EVENTOS		Quantidade
Participações em reuniões		259
Participações em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos		73
Realizações de seminários, reuniões de trabalho ou encontros jurídicos		41
Palestras ministradas		26
Participações em audiências públicas		8
OUTROS		Quantidade
Atendimentos ao público		72
Elaboração e remessa ao PGJ de planos de ação		11

Fonte: Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente (CAOMA).

2.3.9. Promoção da Segurança Pública e a Execução do Controle Externo da Atividade Policial

Para a promoção da segurança pública e a execução do controle externo da atividade policial foram desenvolvidos pelo Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial (GACEP) os projetos abaixo:

1) “Incinerar+”: fiscalização e acompanhamento da destinação legal de drogas apreendidas, com a finalidade de prevenir/corrigir irregularidades e desvios da conduta policial e suprir falhas na produção probatória, inclusive técnica, para fins de investigação criminal.

Resultados obtidos:

- ✓ 1.1) fluxo procedimental de apreensão, armazenamento e destruição de drogas apreendidas pelas forças policiais;
- ✓ 1.2) POP de amostragem de substâncias (DEPOC);
- ✓ 1.3) cerca de 4 toneladas de drogas incineradas, relativas a mais de 5 mil processos;
- ✓ 1.4) periodicidade e regularidade na incineração de drogas apreendidas; 1.5) 259 integrantes do MPPI capacitados sobre destinação legal de drogas.

2) “Periciar+”: fiscalização e acompanhamento da destinação legal de armas de fogo e munições apreendidas que não mais interessem ao processo judicial, para evitar a realização de exames periciais desnecessários, melhorar as condições de trabalho dos órgãos de perícia e conferir celeridade à persecução penal. Resultados obtidos:

- ✓ 2.1) manifestação favorável do MPPI pela destruição de 431 armas de fogo e munições que não mais interessam à persecução penal em unidades da PCPI/DEPOC;
- ✓ 2.2) plano de ação e cronograma para a realização de perícias relativas a 5.042 demandas pendentes;
- ✓ 2.3) dispensa de 310 perícias em armas/munições;
- ✓ 2.4) implementação de fluxo procedimental nos órgãos de segurança para apreensão, armazenamento e destinação legal de armas e munições.

3) “Controle e Participação Social na Segurança Pública”: fomento, acompanhamento e fiscalização da criação, implementação e efetivo funcionamento das ouvidorias no âmbito da SSP-PI, PMPI, PCPI, CBMEPI e Guarda Municipal de Teresina (art. 34 da Lei 13.675/18), para o fortalecimento do controle e participação social na segurança pública (art. 5º, XIV, Lei 13.675/18) prevenção/correção de irregularidades, ilegalidades ou abuso de poder praticados por agentes de segurança. Resultados obtidos:

- ✓ 3.1) criação, implementação e efetivo funcionamento da Ouvidoria da SSP-PI, PMPI, PCPI, CBM e Guarda Municipal de Teresina;
- ✓ 3.2) criação e divulgação dos canais de atendimento das Ouvidorias (internet, viaturas, unidades policiais e/ou postos de atendimento);
- ✓ 3.3) efetivo atendimento prestado ao cidadão pelas Ouvidorias: 1.205 (PCPI); 431 (SSP-PI); 170 (PMPI); 143 (CBM); 82 (GCM Teresina).

4) “Integrar para Acelerar+”: pesquisa e acesso online dos integrantes do MPPI aos laudos periciais do ICRIM, Instituto de Identificação e Instituto de DNA Forense, mediante a integração entre os sistemas AMPLO e BID/MPPI, inclusive possibilitando ao usuário realizar o download dos laudos concluídos e acionar alerta de disponibilização de laudos pendentes.

Resultados alcançados:

- ✓ 4.1) mais de 1.797 downloads de laudos periciais do ICRIM, Instituto de Identificação e IDNA Forense, por meio do BID, para conferir celeridade às respectivas ações penais;
- ✓ 4.2) capacitação de mais de 74 integrantes do MPPI para utilização do módulo de dados.

5) “MPPI conectado ao SINESP PPE”: acesso online dos integrantes do MPPI ao SINESP PPE (Procedimentos Policiais Eletrônicos) por perfil próprio, para fiscalização e acompanhamento, em tempo real, do registro/tramitação de boletins de ocorrência e procedimentos policiais. Resultados obtidos:

- ✓ Cadastramento e liberação do acesso de 42 servidores e 61 promotores/procuradores de justiça do MPPI ao SINESP PPE.

6) “MPPI Sempre Presente na Defesa da Segurança Pública”: fortalecimento do controle externo da atividade policial, tornando efetivas e resolutivas as visitas técnicas nas unidades policiais (Resolução CNMP 20/07), mediante consolidação, tratamento e sistematização das informações obtidas nas referidas inspeções; e fomento a políticas públicas na área de segurança pública, especialmente condições de trabalho e estrutura das unidades policiais.

Resultados obtidos:

- ✓ 6.1) implementação de procedimento de atuação funcional no MPPI para a realização das visitas técnicas, com capacitação de 521 membros e servidores;
- ✓ 6.2) melhoria da estrutura física de unidades policiais e de perícia, como 13ª DRPC de Esperantina, Delegacia de Cocal, DEAM Centro, DSPI, DDH, DRCT, DENARC, 1º e 25º DPs de Teresina, Complexo da PCPI de Campo Maior, Delegacia de Pedro II, 8ª

DRPC de São Raimundo Nonato e IML de Teresina; construção de laboratório para perícias ambientais (veterinárias) e laboratório de toxicologia;

- ✓ 6.3) reforço do efetivo da Delegacia de Matias Olímpio, Central de Flagrantes de Picos, Delegacia de Luzilândia, Complexo da PCPI de Campo Maior, Delegacia de Pedro II, 10ª DRPC de Corrente, DPMA e 1º DP de Teresina, DEAMs da capital e interior;
- ✓ 6.4) reforço do efetivo da PMPI (nomeação de 1.500 policiais militares);
- ✓ 6.5) disponibilização de 600 novas viaturas para a PMPI;
- ✓ 6.6) deflagração de concurso público com 200 vagas imediatas para o Corpo de Bombeiros;
- ✓ 6.7) entrega de conjuntos acopláveis a veículos para combate a incêndio para unidades do CBM da capital e interior.

7) “Projeto Respeito: Polícia e Diversidade” (GACEP e 49ª PJ de Teresina): fomento e acompanhamento da criação/implementação de metodologia de registro fidedigno de ocorrências criminais de violência contra a população LGBTQIAPN+ pelas forças de segurança pública, conferindo efetividade aos registros de ocorrências criminais, a investigação dos referidos crimes e o julgamento de seus autores. Resultados obtidos:

- ✓ 7.1) criação do Protocolo Cidadão de Produção de Dados de Violência LGBTQIA+, no âmbito das forças policiais;
- ✓ 7.2) obrigatoriedade do preenchimento de orientação sexual/identidade de gênero no registro de ocorrência;
- ✓ 7.3) capacitação dos profissionais de segurança sobre o protocolo de atendimento a vítimas LGBTQIA+.

8) “Acervo Zero” (GACEP, Núcleo Criminal de Teresina e Núcleo da Central de Inquéritos de Teresina do MPPI, SSP/PI, PCPI, DEPOC e Poder Judiciário): adoção de providências para garantir a finalidade, celeridade, aperfeiçoamento e indisponibilidade da persecução penal, mediante conclusão e remessa final, para o MP/Judiciário, de 7.364 procedimentos policiais instaurados entre 2006 e 2022, e em tramitação nas unidades da PCPI de Teresina. Resultados obtidos:

- ✓ 8.1) de 1.083 procedimentos policiais instaurados de 2006 a 2018 e em tramitação na PCPI de Teresina, 839 (77,46% do total) foram concluídos pela autoridade policial com relatório final;
- ✓ 8.2) o MP apresentou manifestação nos citados autos e adotou providências perante o Judiciário para destinação legal dos valores de fiança e objetos apreendidos.

9) Fomento, acompanhamento e fiscalização da operacionalização do Fundo de Aparelhamento do Corpo de Bombeiros (FUNAP/CBMEPI) e efetiva destinação dos recursos financeiros oriundos da cobrança de taxas e multas aplicadas pelo Corpo de Bombeiros para garantir o aparelhamento e a execução de ações preventivas e de socorro de atribuição da referida corporação, conforme Lei Estadual nº 5.906/09. Resultados obtidos:

- ✓ 9.1) Operacionalização do Fundo de Aparelhamento do Corpo de Bombeiros (FUNAP), mediante abertura de conta corrente e criação de código específico de receita e CNPJ do FUNAP;
- ✓ 9.2) apresentação de plano de aplicação dos recursos pelo CBMEPI;
- ✓ 9.3) liberação de R\$ 2 milhões pertencentes ao FUNAP pela SEPLAN/PI, sendo R\$ 800 mil para reformas e R\$ 1,2 milhão para equipamentos.

2.3.10. Promotorias Criminais

Em apoio às promotorias de justiça criminais o Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça Criminais (CAOCRIM) realizou os projetos e ações seguintes:

- ✓ Auxílio ao Projeto Busca Ativa de Réus - desenvolvido pela 2ª Promotoria de Justiça de Teresina tendo como resultado a manifestação do Ministério Público em 229 processos que se encontravam suspensos na 3ª Vara Criminal de Teresina;
- ✓ Criação da calculadora de prescrição no SIMP possibilitando o maior controle, pelos membros do MPPI, acerca dos prazos de procedimentos e processos, com o objetivo de reduzir episódios de prescrição;
- ✓ Proposta de alteração no SIMP para interoperabilidade entre SIMP e SEEU (Execução Penal);
- ✓ Realização da 1ª capacitação para uso da plataforma CENPROT (pena de multa) para 46 participantes do MPPI;
- ✓ Realização da capacitação para uso do sistema SYSPM para 17 participantes do MPPI;
- ✓ Aumento do número de cadastros de membros ao sistema SINFOR da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí, que permite acesso a sistemas da Polícia Civil do Estado do Piauí, SEJUS e dados sobre indivíduos facionados (SICAF) da SSP-PI resultando na expansão para o número ilimitado de acessos a membros do MPPI que antes era restrito a 30 cadastros para o MPPI;
- ✓ Diálogo com a SEJUS para alteração no ACT nº 03/2023, para acesso aos membros do MPPI ao SIAPEN, SIINPE e dados do Censo Carcerário;

- ✓ Nota Técnica nº 01/2023 – Destinação de verbas oriundas de prestação pecuniária decorrente de transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal a órgãos de segurança pública;
- ✓ Nota Técnica nº 02/2023 – Fixação da pena provisória abaixo do mínimo legal. Impossibilidade. Princípio da reserva legal. Ausência de violação ao princípio da individualização da pena. Necessidade de lei para a criação de institutos despenalizadores;
- ✓ Nota Técnica nº 03/2023 – Acordo de Não Persecução Penal – ANPP. Negativa do Membro do Ministério Pública de oferecimento do ANPP. Recusa fundamentada. Desnecessidade de notificação extrajudicial antes da denúncia ao autor do fato. Possibilidade de manifestação da recusa fundamentada na denúncia. Conhecimento da recusa no momento da citação na ação penal para fim de apresentação de recurso em razão do recurso de propositura do Acordo ao órgão superior do Ministério Público nos autos do processo judicial;
- ✓ Nota Técnica nº 04/2023 – Prescrição da ação penal. Prejuízo da sociedade. Possibilidade de condenação do Estado por dano moral coletivo;
- ✓ Nota Técnica nº 05/2023 – Comunicação dos Procedimentos de Investigação Criminais (PICs) ao Poder Judiciário, no prazo de 90 dias. Decisão do STF ADIs 6298, 6299, 6300 e 6305 publicada em 24 de agosto de 2023 resultando na orientação aos membros do MPPI a fim de permitir a remessa ao Poder Judiciário do Estado do Piauí de aproximadamente 240 (duzentos e quarenta) PICs em tramitação no MPPI, em 2023;
- ✓ Nota Técnica nº 06/2023 – Comunicação sobre o procedimento a ser adotado para cumprimento do determinado pelo Supremo Tribunal Federal no “item 20” da Ata de Julgamento das ADIs 6298, 6299, 6300 e 6305 publicada em 24 de agosto de 2023 resultando no fluxograma para a promoção de arquivamento de inquéritos policiais, Procedimento de Investigação Criminal (PIC) e quaisquer outros procedimentos investigatórios."

A seguir tem-se os indicadores de resultados pertinentes às atividades desenvolvidas no apoio aos órgãos de execução:

Tabela 23 - CAOCRIM- Indicadores de resultados - (2023)

Indicadores de Resultados - CAOCRIM	Quantidade
Número de denúncias oferecidas	11882
Arquivamentos Totais na área criminal	4.928
Número de Acordos de Não Persecução Penais celebrados	479
Número de procedimentos instaurados	359
Número de recomendações expedidas	36

Gestão de Acordos de cooperação	12
Número de Termos de Ajustamento de Conduta celebrados	6

Relacionados a APOIO AOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO	Quantidade
Solicitações de apoio pelos órgãos de execução (1º e 2º graus)	1913
Elaboração Denúncia	47
Elaboração de outros atos	7
Elaboração de recomendação	1

Relacionados a REMESSA AOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO	Quantidade
Subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais	690
Representações oriundas de atendimentos ao público	47
Relatórios de auditorias, inspeções, autos de infração e outros	9

Relacionados a CORRESPONDÊNCIAS	Quantidade
Recebidas (ofícios, e-mails, memorandos e fax)	2.523
Expedidas (ofícios, e-mails, memorandos e fax)	2.239

Relacionados a EVENTOS	Quantidade
Participações em reuniões	52
Participações em audiências públicas	32
Participações em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	8
Realizações de seminários, reuniões de trabalho ou encontros jurídicos	5

OUTROS	Quantidade
Atendimentos ao público	48
Elaboração e remessa ao PGJ de planos de ação	1

Fonte: Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça Criminais (CAOCRIM)

3. Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

3.1. Procuradoria-Geral de Justiça

3.1.1. Despesa Fixada

Em 2023, a Procuradoria-Geral de Justiça contou com Dotação Orçamentária total de R\$ 264.950.836,00 (duzentos e sessenta e quatro milhões, novecentos e cinquenta mil, oitocentos e trinta e seis reais), havendo variação de 5,62% em relação ao aprovado em 2022.

Vide tabela abaixo:

Tabela 24 – PGJ: Demonstrativo do orçamento aprovado

Categoria Econômica	2023 (Valor R\$)	%	2022 (Valor R\$)	%	Variação %
Despesas Correntes	257.779.234,00	97,29	249.081.98,00	99,29	3,49
Pessoal e Encargos Sociais	210.336.981,00	79,39	204.954.455,00	81,70	2,63
Juros e Encargos da Dívida	45.000,00	0,02	21.000,00	0,01	114,29
Outras Despesas Correntes	47.397.253,00	17,89	44.106.530,00	17,58	7,46
Despesas de Capital	7.171.602,00	2,71	1.770.918,00	0,71	304,97
Investimentos	6.941.602,00	2,62	1.530.000,00	0,61	353,70
Amortização da Dívida	230.000,00	0,09	240.918,00	0,10	-4,53
Totais	264.950.836,00	100,00	250.852.903,00	100,00	5,62

Fonte: Coordenadoria de Contabilidade e Finanças.

3.1.2. Créditos Adicionais

Durante o exercício, foram abertos créditos adicionais no valor de R\$ 14.927.002,00 (quatorze milhões, novecentos e vinte e sete mil, dois reais), mantendo a seguinte estrutura do orçamento:

Tabela 25 - PGJ: Demonstrativo de créditos adicionais

Categoria Econômica	Dotações Iniciais	Movimentações Orçamentárias	Dotações Atualizadas
Despesas Correntes	257.779.234,00	21.722.126,00	279.501.360,00
Pessoal e Encargos Sociais	210.336.981,00	-3.540.619,00	206.796.362,00
Juros e Encargos da Dívida	45.000,00	21.946,00	66.946,00
Outras Despesas Correntes	47.397.253,00	25.240.799,00	72.638.052,00
Despesas de Capital	7.171.602,00	-6.795.124,00	376.478,00
Investimentos	6.941.602,00	-6.791.592,00	150.010,00
Amortização da Dívida	230.000,00	-3.532,00	226.468,00
Totais	264.950.836,00	14.927.002,00	279.877.838,00

Fonte: Coordenadoria de Contabilidade e Finanças.

3.1.3. Execução da Despesa

O valor total empenhado no exercício de 2023 foi de R\$ 279.526.361,83 (duzentos e setenta e nove milhões, quinhentos e vinte e seis mil, trezentos e sessenta e um reais, oitenta e três centavos) representando um incremento de 6,15% em relação ao exercício anterior, ou seja, ano de 2022.

Tabela 26 - PGJ: Despesas empenhadas por categoria econômica

Categoria Econômica	2023 (Valor R\$)	(%)	2022 (Valor R\$)	(%)	Variação (%)
Despesas Correntes	279.212.156,82	99,89	261.378.689,35	99,26%	6,82
Pessoal e Encargos Sociais	206.796.357,01	73,98	190.666.404,38	72,41%	8,46
Juros e Encargos da Dívida	66.945,51	0,02	39.700,17	0,02%	68,63
Outras Despesas Correntes	72.348.854,30	25,88	70.672.584,80	26,84%	2,37
Despesas de Capital	314.205,01	0,11	1.947.502,81	0,74%	-83,87
Investimentos	87.737,38	0,03	1.714.432,32	0,65%	-94,88
Amortização da Dívida	226.467,63	0,08	233.070,49	0,09%	-2,83
Totais	279.526.361,83	100,00	263.326.192,16	100,00	6,15

Fonte: Coordenadoria de Contabilidade e Finanças.

3.2. Fundo de Modernização do Ministério Público - FMMP

3.2.1. Despesa Fixada

O Orçamento, para o exercício 2023, foi aprovado através da Lei Estadual nº 7.949, de 12 de janeiro de 2023, a qual foi elaborada em conformidade com as orientações da LDO e os preceitos técnico-formais das normas do direito financeiro.

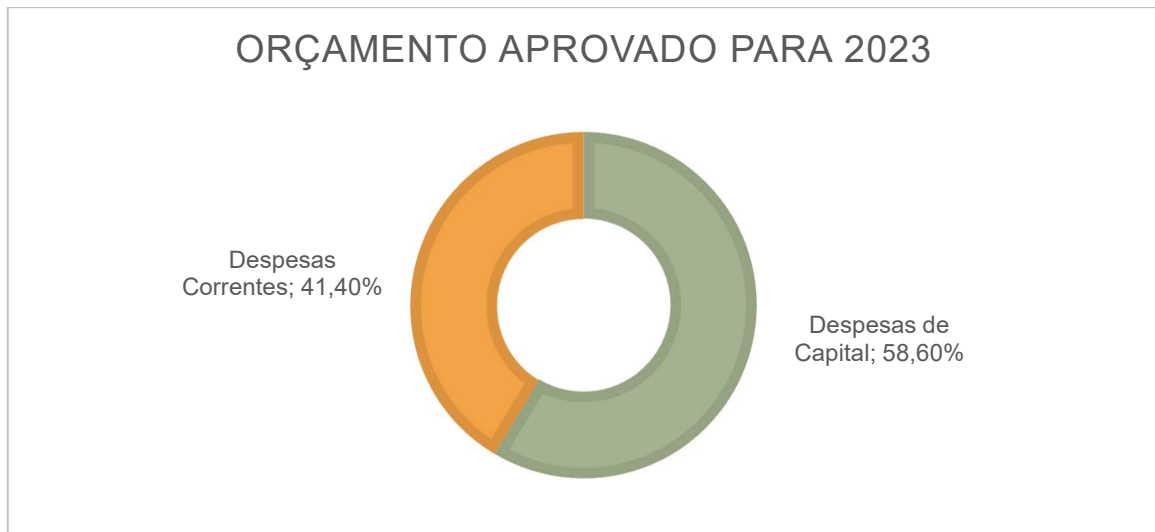
A despesa do FMMP foi fixada em R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), evidenciando um incremento de 316,67% em relação ao valor do orçamento aprovado em 2022. A tabela a seguir apresenta a despesa fixada por categoria econômica.

Tabela 27 – FMMP: Demonstrativo do Orçamento Aprovado

Categoria Econômica	2023 (Valor R\$)	(%)	2022 (Valor R\$)	(%)	Variação (%)
Despesas Correntes	4.140.000,00	41,40	380.000,00	15,83	989,47
Outras Despesas Correntes	4.140.000,00	41,40	380.000,00	15,83	989,47
Despesas de Capital	5.860.000,00	58,60	2.020.000,00	84,17	190,10
Investimentos	5.860.000,00	58,60	2.020.000,00	84,17	190,10
Totais	10.000.000,00	100,00	2.400.000,00	100,00	316,67

Fonte: Coordenadoria de Contabilidade e Finanças.

Gráfico 1 - Orçamento Aprovado para 2023.



Fonte: Coordenadoria de Contabilidade e Finanças.

3.2.2. Créditos Adicionais

O orçamento inicialmente autorizado, foi atualizado para R\$ 12.638.000,00 (doze milhões e seiscentos e trinta e oito mil reais) através da abertura de créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 2.638.000,00 (dois milhões e seiscentos e trinta e oito mil reais), tendo como fonte de recursos, o superávit financeiro apurado no final do exercício 2022 e a previsão de arrecadação do exercício 2023.

O documento oficial que autorizou tal alteração orçamentária foi o **Decreto de nº22.232, de 18 de julho de 2023**, publicado no Diário Oficial do Estado do Piauí.

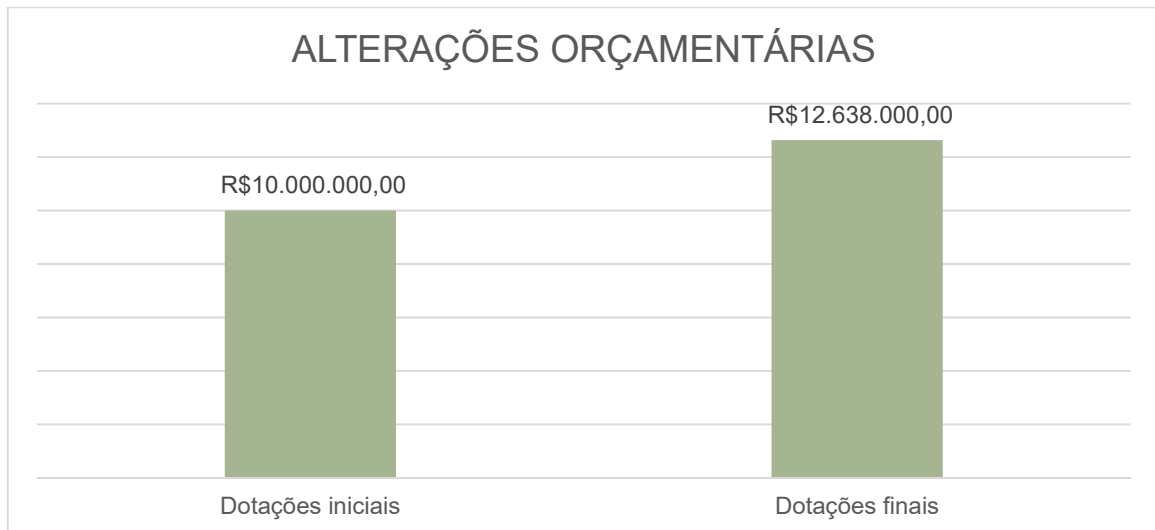
Após as alterações orçamentárias, verifica-se **um aumento de aproximadamente 40%** se comparado com o orçamento atualizado do ano anterior. As tabelas e gráficos a seguir detalham a movimentação orçamentária e demonstram a composição final do orçamento.

Tabela 28 – FMMP: Demonstrativo dos Créditos Adicionais

Categoria Econômica	2023 (Valor R\$)	(%)	2022 (Valor R\$)	(%)	Varição (%)
Dotações iniciais	10.000.000,00	79,13	2.400.000,00	26,67	316,67
Créditos Adicionais	2.638.000,00	20,87	6.600.000,00	73,33	-60,03
Dotações finais	12.638.000,00	100,00	9.000.000,00	100,00	40,42

Fonte: Coordenadoria de Contabilidade e Finanças.

Gráfico 2 - Alterações Orçamentárias



Fonte: Coordenadoria de Contabilidade e Finanças.

Tabela 29 – FMMP: Demonstrativo do Orçamento Atualizado

Categoria Econômica	2023 (Valor R\$)	(%)	2022 (Valor R\$)	(%)	Variação (%)
Despesas Correntes	6.778.000,00	53,63	2.961.000,00	32,90	128,91
Outras Despesas Correntes	6.778.000,00	53,63	2.961.000,00	32,90	128,91
Despesas de Capital	5.860.000,00	46,37	6.039.000,00	67,10	-2,96
Investimentos	5.860.000,00	46,37	6.039.000,00	67,10	-2,96
Totais	12.638.000,00	100,00	9.000.000,00	100,00	40,42

Fonte: Coordenadoria de Contabilidade e Finanças.

Gráfico 3 - Orçamento Atualizado



Fonte: Coordenadoria de Contabilidade e Finanças.

3.2.3. Receitas Arrecadadas

O FMMP arrecadou, no exercício 2023, o valor de R\$ 12.980.259,71 (doze milhões, novecentos e oitenta mil, duzentos e cinquenta e nove reais e setenta e um centavos), conforme detalhamento a seguir:

Tabela 30 – FMMP: Demonstrativo da análise comparativa da arrecadação

Fonte de Recursos	2023 (Valor R\$)	2022 (Valor R\$)	Variação (%)
Custas e emolumentos cartorários	11.491.218,41	5.831.513,88	97,05
Rendimentos de aplicação financeira	1.254.752,99	741.923,61	69,12
Multas aplicadas por Promotorias de Justiça	124.946,87	119.191,03	4,83
Inscrições para teste seletivo de estagiários	80.210,00	59.130,00	35,65
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	24.559,38	-	100,00
Multa contratuais	4.572,06	31.323,06	-85,40
Total	12.980.259,71	6.783.081,58	91,36

Fonte: Coordenadoria de Contabilidade e Finanças.

3.2.4. Execução da Despesa

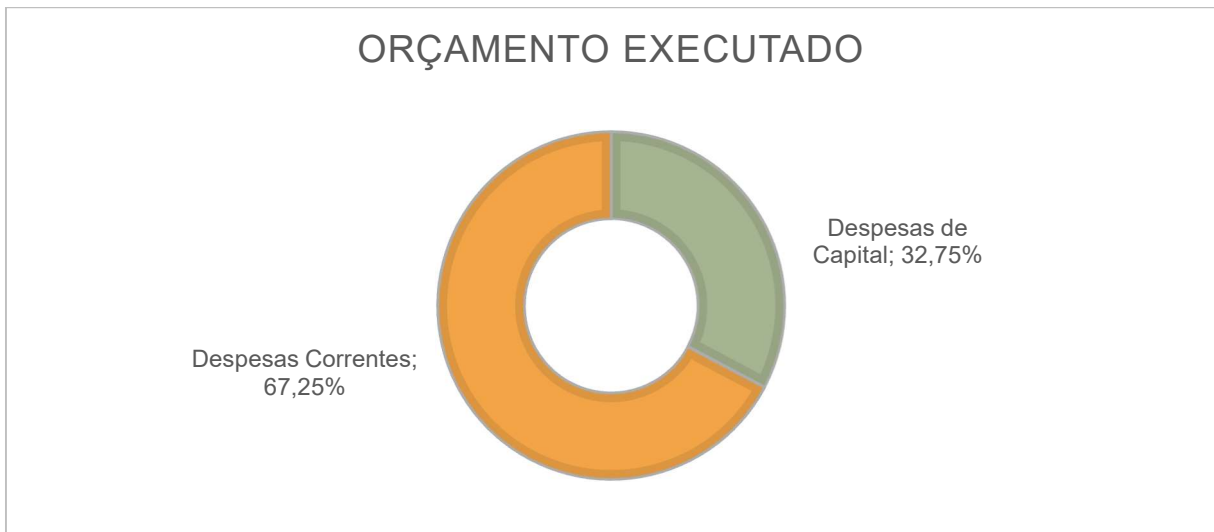
As despesas empenhadas no exercício 2023 atingiram o montante de **R\$ 4.541.270,30 (quatro milhões, quinhentos e quarenta e um mil, duzentos e setenta reais e trinta centavos)**, o que representa **um decréscimo de 3,64%** em relação à despesa realizada no ano anterior, como demonstra a tabela abaixo.

Tabela 31 – FMMP: Despesas empenhadas por categoria econômica

Categoria Econômica	2023 (Valor R\$)	(%)	2022 (Valor R\$)	(%)	Variação (%)
Despesas Correntes	3.054.017,38	67,25	1.869.758,73	39,67	63,34
Outras Despesas Correntes	3.054.017,38	67,25	1.869.758,73	39,67	63,34
Despesas de Capital	1.487.252,92	32,75	2.842.932,96	60,33	-47,69
Investimentos	1.487.252,92	32,75	2.842.932,96	60,33	-47,69
Totais	4.541.270,30	100,00	4.712.691,69	100,00	-3,64

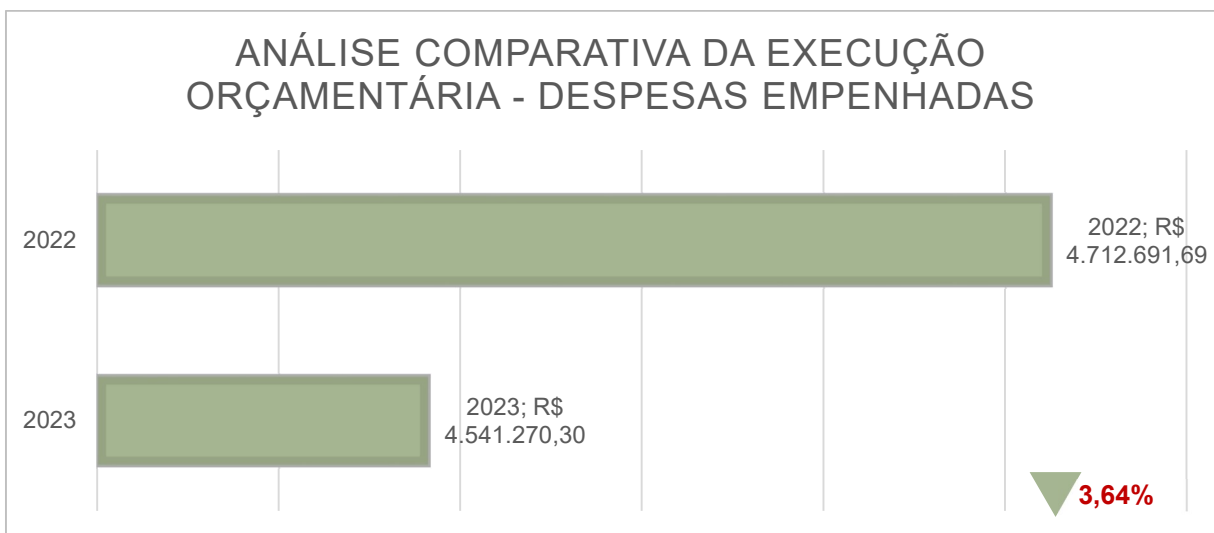
Fonte: Coordenadoria de Contabilidade e Finanças.

Gráfico 4 - Orçamento Executado em 2023



Fonte: Coordenadoria de Contabilidade e Finanças.

Gráfico 5 - Análise Comparativa da Execução Orçamentária (Despesas Empenhadas)



Fonte: Coordenadoria de Contabilidade e Finanças.

Na execução orçamentária do FMMP, em 2023, foram emitidos empenhos no grupo de despesa Outras Despesas Correntes que totalizaram o valor de R\$ 3.054.017,38 (três milhões, cinquenta e quatro mil, dezessete reais e trinta e oito centavos), que quando comparado com os valores empenhados em 2022, evidencia um aumento de 63,34% na aplicação dos recursos, conforme demonstra a tabela seguinte.

Tabela 32 – FMMP: Despesas Correntes Empenhadas

Natureza da Despesa	2023 (Valor R\$)	(%)	2022 (Valor R\$)	(%)	Variação (%)
339030 - Material de Consumo	71.965,60	2,36	5.963,26	0,32	1106,82
339031 – Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	5.623,40	0,18	0,00	0,00	100,00
339039 - Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	421.330,40	13,80	524.946,43	28,08	- 19,74
339040 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica	2.551.266,67	83,54	1.338.266,67	71,57	90,64
339047 – Obrigações Tributárias e Contributivas	1.007,01	0,03	582,37	0,03	72,92
339092 - Despesas de Exercícios Anteriores	2.824,30	0,09	0,00	0,00	100,00
Totais	3.054.017,38	100	1.869.758,73	100	63,34

Fonte: Coordenadoria de Contabilidade e Finanças.

Dentre os valores empenhados com Despesas Correntes, destaca-se a aplicação na natureza da despesa **339040 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica**, a qual representa aproximadamente 84% do total empenhado. Os pagamentos realizados referentes aos empenhos deste grupo de despesa somaram **R\$ 1.984.175,07 (um milhão, novecentos e oitenta e quatro mil, cento e setenta e cinco reais e sete centavos)**, representando aproximadamente **65% do valor empenhado**.

No que se refere ao grupo de despesas Investimentos foi empenhado o valor de **R\$ 1.487.252,92 (um milhão, quatrocentos e oitenta e sete mil, duzentos e cinquenta e dois reais e noventa e dois centavos)** o que representa **uma redução de 47,69%** em comparação ao valor empenhado no exercício anterior.

Tabela 33 - FMMP: Despesas de Capital Empenhadas

Natureza da Despesa	2023 (Valor R\$)	(%)	2022 (Valor R\$)	(%)	Variação (%)
449040 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	429.968,90	28,91	4.120,00	0,14	10336,14
449051 - Obras e Instalações	282.435,25	18,99	1.821.901,39	64,09	- 84,50
449052 - Equipamentos e Material Permanente	680.967,79	45,79	1.016.911,57	35,77	- 33,04
449092 - Despesas de Exercícios Anteriores	93.880,98	6,31	0,00	0,00	100,00
Totais	1.487.252,92	100	2.842.932,96	100	- 47,69

Fonte: Coordenadoria de Contabilidade e Finanças.

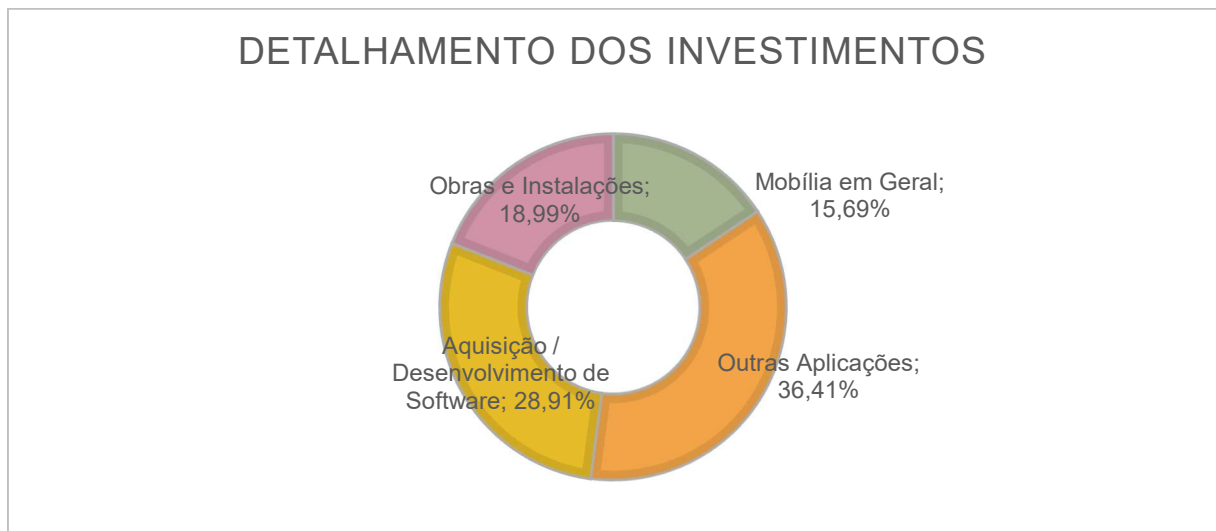
Destaca-se a aplicação na natureza da despesa 449052 – Equipamentos e Material Permanente, a qual representa **aproximadamente 46% do total empenhado**. Durante o exercício, os pagamentos realizados atingiram o montante de **R\$ 677.393,11 (seiscentos e setenta e sete mil, trezentos e noventa e três reais e onze centavos)**, representando **45,54% do valor empenhado** neste grupo de despesa.

Tabela 34 - FMMP: Detalhamento dos Investimentos

Discriminação	2023 (Valor R\$)	(%)
Aquisição / Desenvolvimento de Software	429.968,90	28,91
Obras e Instalações	282.435,25	18,99
Mobiliário em Geral	233.334,38	15,69
Outras Aplicações	541.514,39	36,41
Total	1.487.252,92	100,00

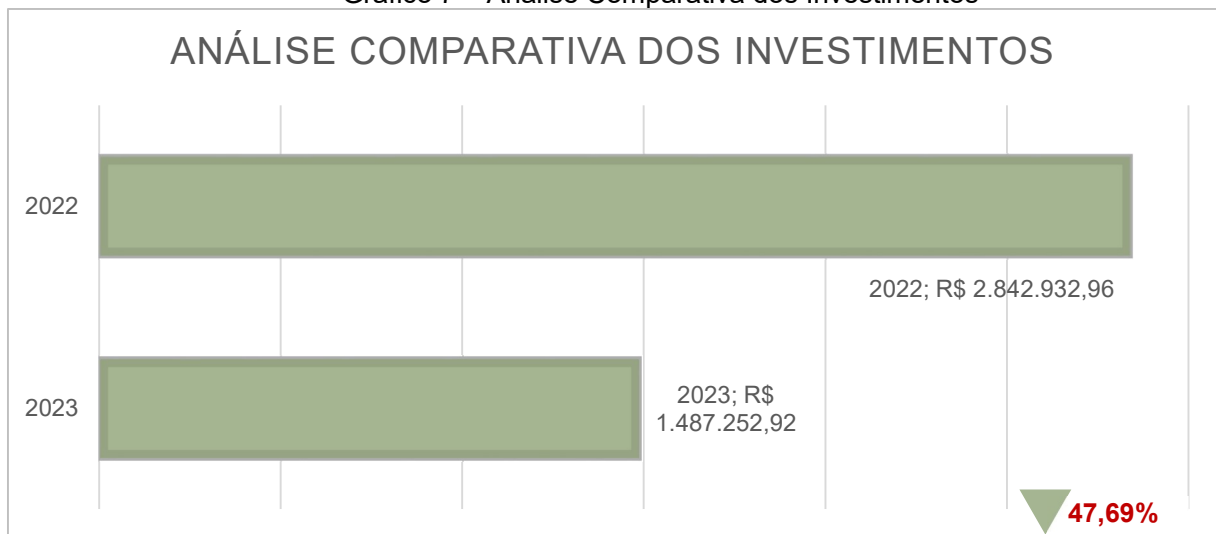
Fonte: Coordenadoria de Contabilidade e Finanças.

Gráfico 6 - Detalhamento dos Investimentos



Fonte: Coordenadoria de Contabilidade e Finanças.

Gráfico 7 – Análise Comparativa dos Investimentos



Fonte: Coordenadoria de Contabilidade e Finanças.

3.3. Fundo Estadual de Proteção e Defesa de Consumidor – FPDC

3.3.1. Despesa Fixada

O Orçamento, para o exercício 2023, foi aprovado através da Lei Estadual nº 7.949, de 12 de janeiro de 2023, a qual foi elaborada em conformidade com as orientações da LDO e os preceitos técnico-formais das normas do direito financeiro.

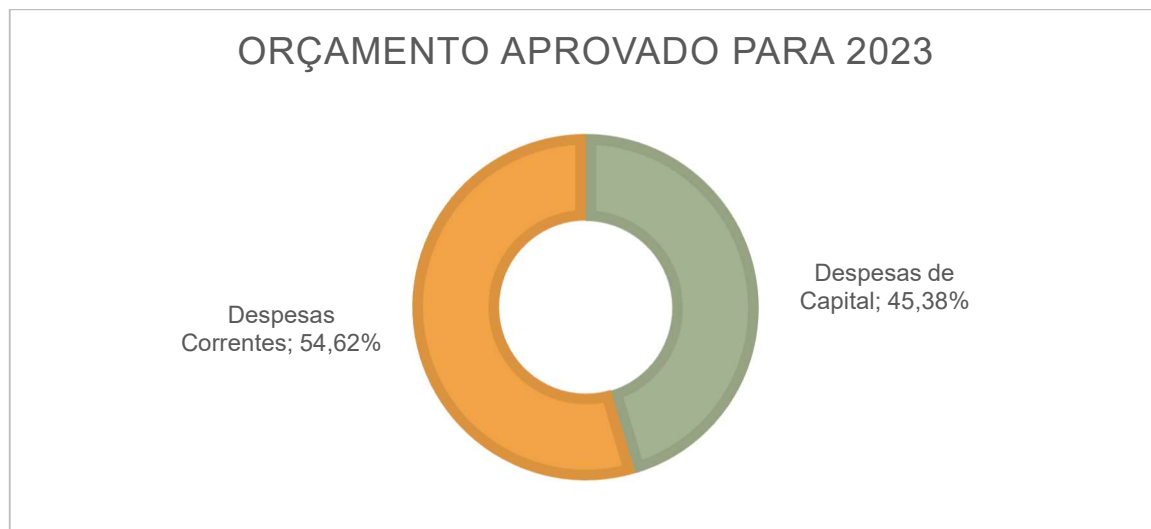
A despesa do FPDC foi fixada em R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais), o que denota um acréscimo de aproximadamente 24% em relação ao orçamento aprovado em 2022. A tabela a seguir apresenta a despesa fixada por categoria econômica.

Tabela 35 – FPDC: Demonstrativo do Orçamento Aprovado

Categoria Econômica	2023 (Valor R\$)	(%)	2022 (Valor R\$)	(%)	Varição (%)
Despesas Correntes	710.000,00	54,62	460.000,00	43,81	54,35
Outras Despesas Correntes	710.000,00	54,62	460.000,00	43,81	54,35
Despesas de Capital	590.000,00	45,38	590.000,00	56,19	0,00
Investimentos	590.000,00	45,38	590.000,00	56,19	0,00
Totais	1.300.000,00	100,00	1.050.000,00	100,00	23,81

Fonte: Coordenadoria de Contabilidade e Finanças.

Gráfico 8 - Orçamento Aprovado para 2023.



Fonte: Coordenadoria de Contabilidade e Finanças.

3.3.2. Créditos Adicionais

O orçamento inicialmente autorizado, foi atualizado para R\$ 3.017.300,00 (três milhões, dezessete mil, trezentos reais) através da abertura de créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 1.717.300,00 (um milhão, setecentos e dezessete mil, trezentos reais), tendo como fontes de recursos, o superávit financeiro apurado no final do exercício 2022 e a arrecadação do exercício 2023.

Os documentos oficiais que autorizaram estas alterações no orçamento inicial foram os Decretos de nº 22.116, de 30 de maio de 2023 e nº 22.265, de 27 de julho de 2023, ambos publicados no Diário Oficial do Estado do Piauí, em suas respectivas datas.

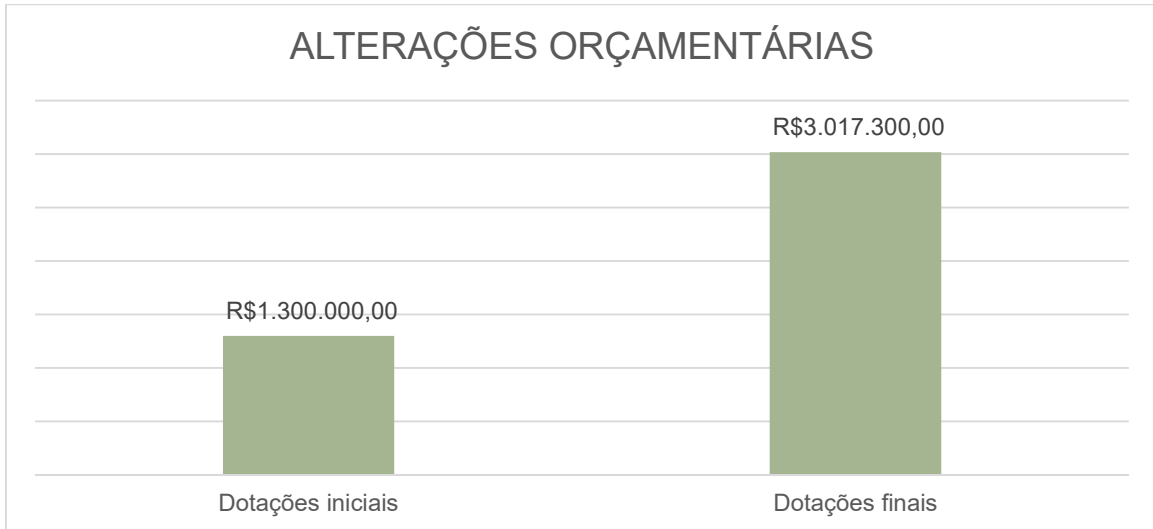
Após as alterações orçamentárias, nota-se um decréscimo de aproximadamente 42% se comparado com o orçamento atualizado do ano anterior. As tabelas e gráficos a seguir detalham a movimentação orçamentária e demonstram a composição final do orçamento.

Tabela 36 - FPDC: Demonstrativo dos créditos adicionais

Categoria Econômica	2023 (Valor R\$)	(%)	2022 (Valor R\$)	(%)	Varição (%)
Dotações iniciais	1.300.000,00	43,08	1.050.000,00	20,21	23,81
Créditos Adicionais	1.717.300,00	56,92	4.145.662,00	79,79	- 58,58
Dotações finais	3.017.300,00	100,00	5.195.662,00	100,00	- 41,93

Fonte: Coordenadoria de Contabilidade e Finanças.

Gráfico 9 – Alterações Orçamentárias em 2023.



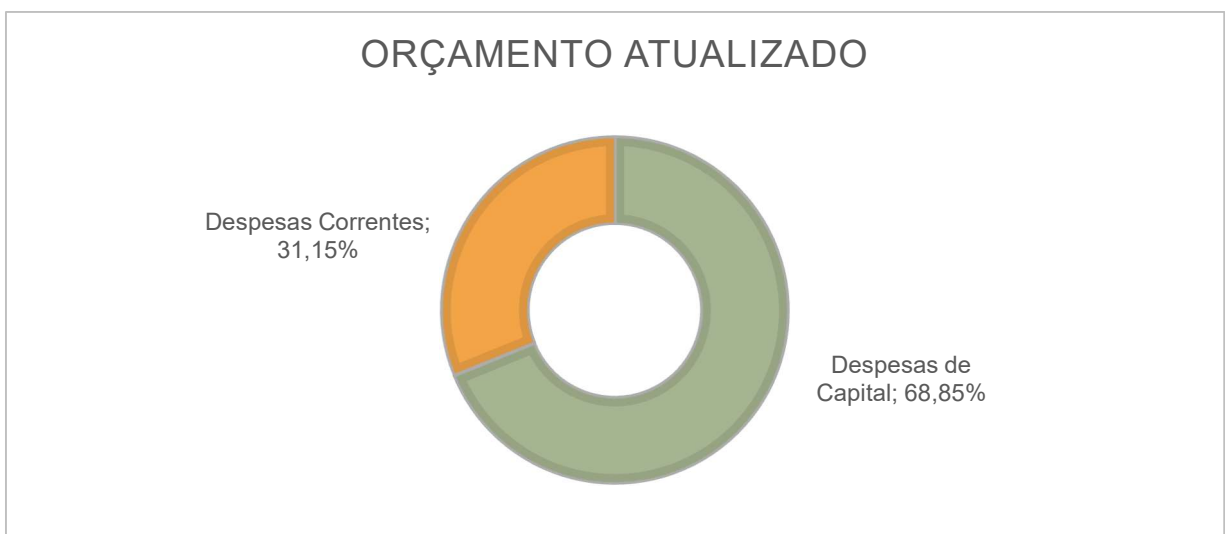
Fonte: Coordenadoria de Contabilidade e Finanças.

Tabela 37 – FPDC: Demonstrativo do Orçamento Atualizado

Categoria Econômica	2023 (Valor R\$)	(%)	2022 (Valor R\$)	(%)	Variação (%)
Despesas Correntes	940.000,00	31,15	1.325.662,00	25,51	- 29,09
Outras Despesas Correntes	940.000,00	31,15	1.325.662,00	25,51	- 29,09
Despesas de Capital	2.077.300,00	68,85	3.870.000,00	74,49	- 46,32
Investimentos	2.077.300,00	68,85	3.870.000,00	74,49	- 46,32
Totais	3.017.300,00	100	5.195.662,00	100	- 41,93

Fonte: Coordenadoria de Contabilidade e Finanças.

Gráfico 10 - Orçamento Atualizado



Fonte: Coordenadoria de Contabilidade e Finanças.

3.3.3. Receitas Arrecadadas

O FPDC arrecadou, no exercício 2023, o valor de R\$ 3.354.069,69 (três milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil, sessenta e nove reais e sessenta e nove centavos), conforme detalhamento a seguir:

Tabela 38 – FPDC: Demonstrativo da arrecadação

Fonte de Recursos	2023 (Valor R\$)	Total (Valor R\$)
Multas aplicadas pelo Procon e Promotorias de Justiça	2.865.597,51	85,44
Rendimentos de aplicação financeira	488.085,28	14,55
Ressarcimentos	386,90	0,01
Total	3.354.069,69	100

Fonte: Coordenadoria de Contabilidade e Finanças.

Na composição da arrecadação do FPDC em 2023, assim como em anos anteriores, destacam-se as receitas com multas aplicadas pelo PROCON e Promotorias que contribuem com 85,44% do total arrecadado. Ressalte-se que sobre estas receitas incide o custo de tarifas bancárias referente à emissão de boletos.

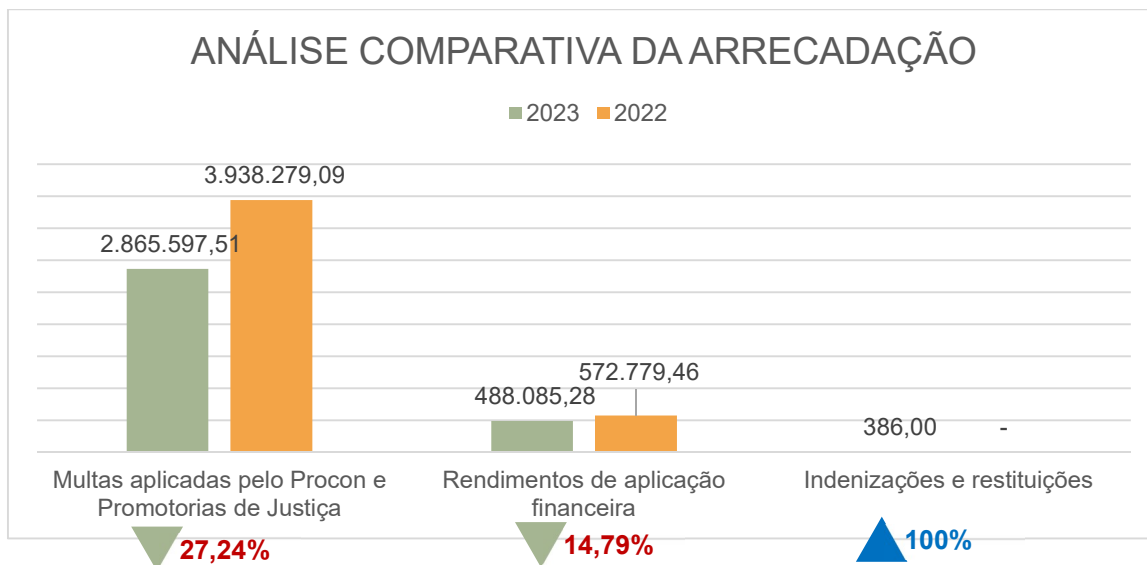
Em uma análise comparativa com a arrecadação do ano anterior, verifica-se uma redução de 25,65%.

Tabela 39 - FPDC: Demonstrativo da Análise Comparativa da Arrecadação

Fonte de Recursos	2023 (Valor R\$)	2022 (Valor R\$)	Variação (%)
Multas aplicadas pelo Procon e Promotorias de Justiça	R\$ 2.865.597,51	R\$ 3.938.279,09	- 27,24
Rendimentos de aplicação financeira	R\$ 488.085,28	R\$ 572.779,46	- 14,79
Indenizações e restituições	R\$ 386,90	R\$ 0,00	100,00
Total	R\$ 3.354.069,69	R\$ 4.511.058,55	- 25,65

Fonte: Coordenadoria de Contabilidade e Finanças.

Gráfico 11 – Análise comparativa da arrecadação



Fonte: Coordenadoria de Contabilidade e Finanças.

3.3.4. Execução da Despesa

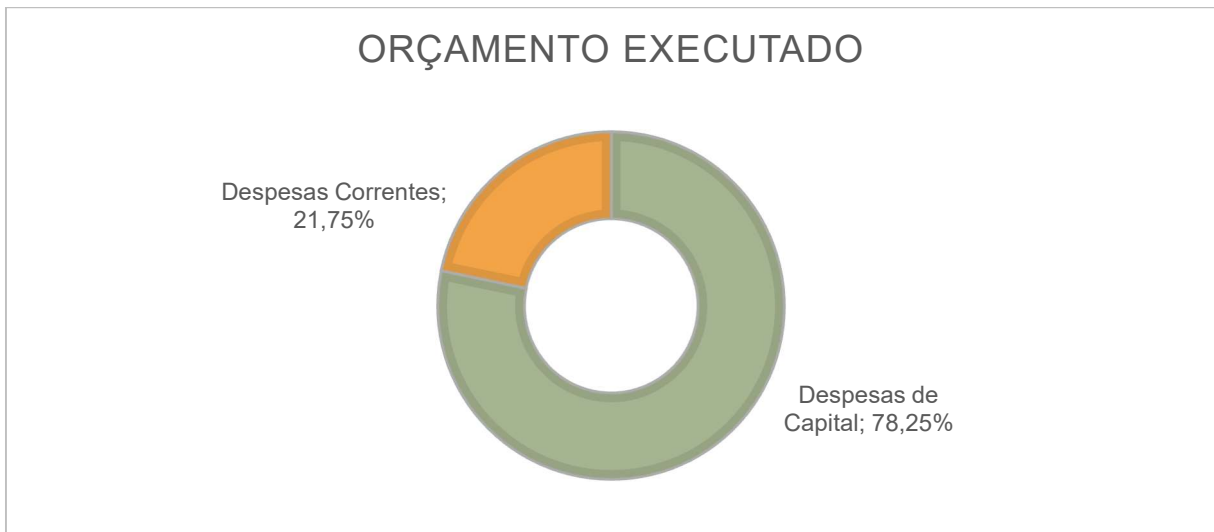
As despesas empenhadas no exercício 2023 atingiram o montante de R\$ 2.407.644,41 (dois milhões, quatrocentos e sete mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e quarenta e um centavos), o que representa um decréscimo de 27,49% em relação à despesa realizada no ano anterior, como demonstra a tabela a seguir.

Tabela 40 - FPDC: Despesas empenhadas por categoria econômica

Categoria Econômica	2023 (Valor R\$)	%	2022 (Valor R\$)	%	Varição (%)
Despesas Correntes	R\$ 523.683,91	21,75%	R\$ 313.944,06	9,46%	66,81
Outras Despesas Correntes	R\$ 523.683,91	21,75%	R\$ 313.944,06	9,46%	66,81
Despesas de Capital	R\$ 1.883.960,50	78,25%	R\$ 3.006.405,92	90,54%	- 37,34
Investimentos	R\$ 1.883.960,50	78,25%	R\$ 3.006.405,92	90,54%	- 37,34
Totais	R\$ 2.407.644,41	100,00	R\$ 3.320.349,98	100,00	- 27,49

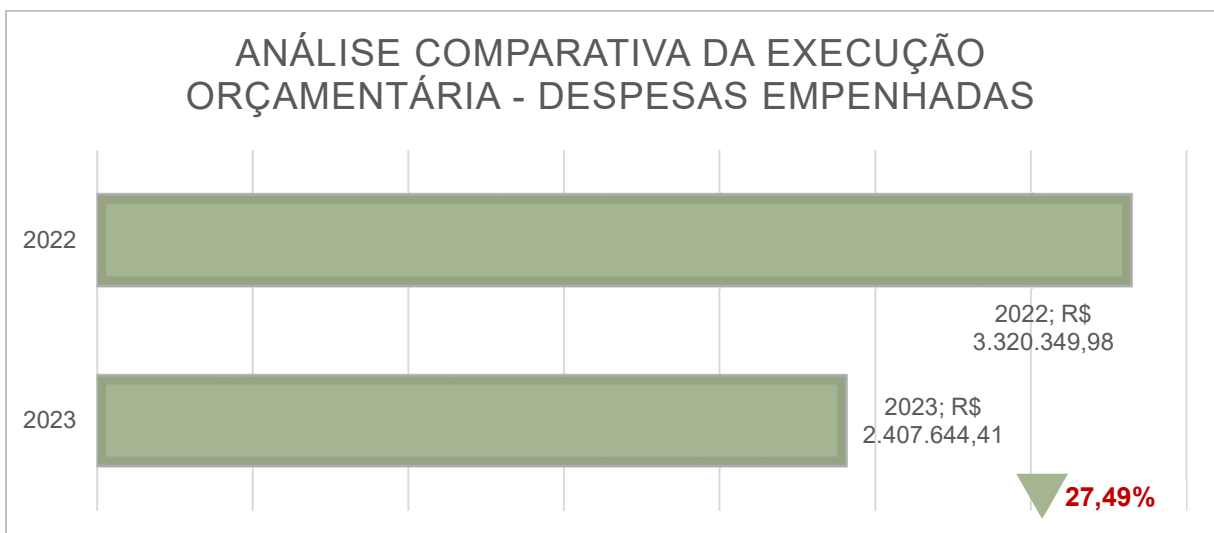
Fonte: Coordenadoria de Contabilidade e Finanças.

Gráfico 12 - Orçamento Executado em 2023



Fonte: Coordenadoria de Contabilidade e Finanças.

Gráfico 13- Análise Comparativa da Execução Orçamentária (Despesas Empenhadas)



Fonte: Coordenadoria de Contabilidade e Finanças.

Na execução orçamentária do FPDC, em 2023, foram emitidos empenhos no grupo de despesa Outras Despesas Correntes que totalizaram o valor de R\$ 523.683,91 (quinhentos e vinte e três mil, seiscentos e oitenta e três reais e noventa e um centavos), que quando comparado com os valores empenhados no mesmo grupo de despesa em 2022, aponta para um crescimento de 66,81% na aplicação dos recursos, conforme demonstra a tabela seguinte.

Tabela 41 – FPDC: Despesas Correntes Empenhadas

Natureza da Despesa	2023 (Valor R\$)	(%)	2022 (Valor R\$)	(%)	Varição (%)
339014 - Diárias	232.658,50	44,43	152.637,50	48,62	52,43
339030 - Material de Consumo	0,00	0,00	3.550,00	1,13	- 100,00
339039 - Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	284.278,63	54,28	127.396,56	40,58	123,24
339040 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	24.360,00	7,76	-100,00
339047 - Obrigações Tributárias e Contributivas	513,44	0,10	0,00	0,00	100,00
339092 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	6.000,00	1,91	- 100,00
339093 - Indenizações e Restituições	6.233,34	1,19	0,00	0,00	100,00
Totais	523.683,91	100	313.944,06	100	66,81

Fonte: Coordenadoria de Contabilidade e Finanças.

Dentre os valores empenhados com Despesas Correntes, destaca-se a aplicação na natureza da despesa 339039 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica, a qual representa um pouco mais de 54% do total empenhado.

Os pagamentos realizados referentes a este grupo de despesa somaram R\$ 433.245,27 (quatrocentos e trinta e três mil, duzentos e quarenta e cinco reais e vinte e sete centavos), representando aproximadamente 83% do valor empenhado.

No que se refere ao grupo de despesas Investimentos foi empenhado o valor de R\$ 1.883.960,50 (um milhão, oitocentos e oitenta e três mil, novecentos e sessenta reais e cinquenta centavos) o que representa um decréscimo de aproximadamente 37% em comparação ao valor empenhado no exercício anterior.

Tabela 42 – FPDC: Despesas de Capital Empenhadas

Natureza da Despesa	2023 (Valor R\$)	(%)	2022 (Valor R\$)	(%)	Varição (%)
449052 - Equipamentos e Material Permanente	1.883.960,50	100,00	3.006.405,92	100,00	- 37,34
Totais	1.883.960,50	100,00	3.006.405,92	100,00	- 37,34

Fonte: Coordenadoria de Contabilidade e Finanças.

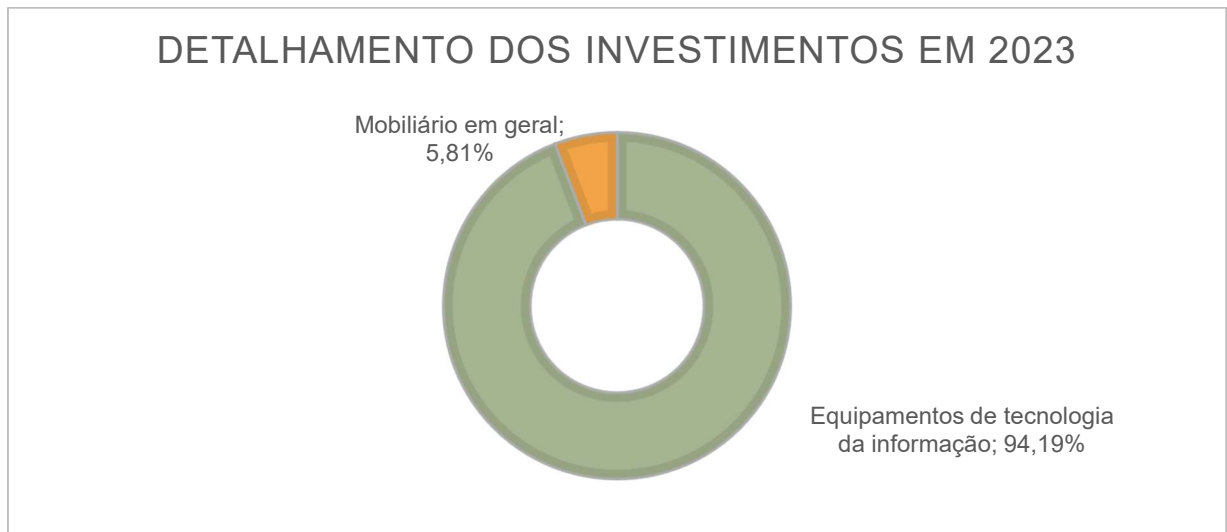
Durante o exercício, os pagamentos realizados totalizaram o valor de R\$ 1.883.402,05 (um milhão, oitocentos e oitenta e três mil, quatrocentos e dois reais e cinco centavos), o que corresponde a 99,97% do valor empenhado neste grupo de despesa.

Tabela 43 - FPDC: Detalhamento dos Investimentos em 2023

Subitem da Despesa	2023 (Valor R\$)	(%)
Equipamento de tecnologia da informação	1.774.475,00	94,19
Mobiliário em Geral	109.485,50	5,81
Total	1.883.960,50	100,00

Fonte: Coordenadoria de Contabilidade e Finanças.

Gráfico 14 – Detalhamento dos Investimentos em 2023



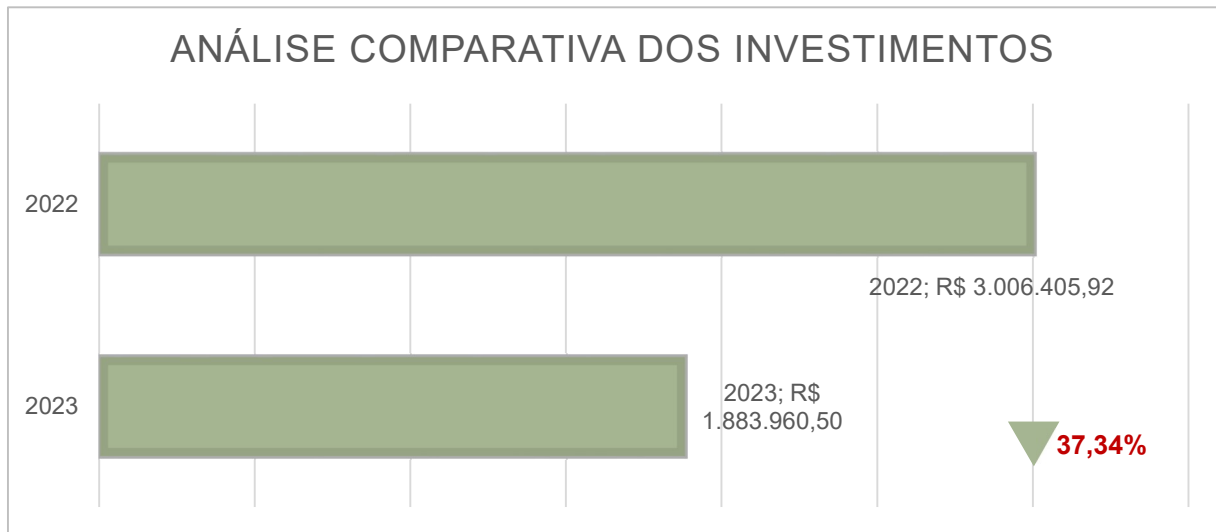
Fonte: Coordenadoria de Contabilidade e Finanças.

Tabela 44 - FPDC: Detalhamento dos Investimentos por Natureza da Despesa

Natureza da Despesa	Descrição	2023 (Valor R\$)
	Equipamento de tecnologia da informação	1.774.475,00
	Aquisição de 60 computadores All-In-One	351.720,00
	Aquisição de 51 monitores Led	55.845,00
	Aquisição de 400 monitores extras	438.300,00
449052	Aquisição de 150 computadores All-In-One	879.300,00
	Aquisição de 22 Tablets	49.610,00
	Mobiliário em Geral	109.485,50
	Aquisição de 56 cadeiras e 06 longarinas	97.201,50
	Aquisição de 10 mesas e 02 gaveteiros	12.284,00
	Total	1.883.960,50

Fonte: Coordenadoria de Contabilidade e Finanças.

Gráfico 15 – Análise Comparativa dos Investimentos



Fonte: Coordenadoria de Contabilidade e Finanças.

Anexos e apêndices

ANEXO I - Relatório de Desempenho do Planejamento Estratégico 2023

Relatório de Desempenho do Planejamento Estratégico 2023 em arquivo .PDF
elaborado pela Assessoria de Planejamento e Gestão.